



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Tecnologia

BIANCA MARUCCI SILVA

Saúde é Luta, Saúde é Território:

as ações e disputas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos pela saúde
no Brasil

Presidente Prudente - São Paulo (SP)

2025

Bianca Marucci Silva

Saúde é Luta, Saúde é Território:

as ações e disputas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos pela saúde
no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel, junto ao Curso de Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente-SP.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Coorientador: Me. Wilians Ventura Ferreira Souza

Presidente Prudente - São Paulo (SP)

2025

M389s	Marucci Silva, Bianca Saúde é luta, saúde é território : as ações e disputas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos pela saúde no Brasil / Bianca Marucci Silva. -- Presidente Prudente, 2025 88 f. : il., tabs., mapas Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Bernardo Mançano Fernandes Coorientador: Wilians Ventura Ferreira de Souza 1. Movimentos socioespaciais. 2. Movimentos socioterritoriais. 3. Geografia da saúde. 4. Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA). 5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). I. Título.
-------	---

BIANCA MARUCCI SILVA

Saúde é Luta, Saúde é Território: as ações e disputas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos pela saúde no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel, junto ao Curso de Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente - SP

Data da defesa: 27 de novembro de 2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista - campus de Presidente Prudente - SP

Orientador

Me. Wilians Ventura Ferreira Souza

Universidade Estadual Paulista - campus de Presidente Prudente - SP

Coorientador

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia de Jesus Almeida

Universidade Estadual Paulista - campus de Presidente Prudente - SP

Maria Eduarda Grecco Bejarano Suenaga

Universidade Estadual Paulista - campus de Presidente Prudente - SP

Dedico este trabalho aos meus pais, Rose e Claudio,
por sempre me incentivarem a estudar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rose e Claudio, por sempre me amarem incondicionalmente e me incentivarem desde pequena aos estudos, às ciências, aos conhecimentos, à leitura, e garantiram educação de qualidade pra mim, desde o ensino fundamental até a graduação. Acredito que isso me formou como pessoa e orientou meu caminho até aqui: cinco anos dedicados ao estudo da geografia em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Isso foi a realização de um sonho, que, sem o apoio deles, não seria possível.

Tenho um agradecimento especial a minha mãe, que sempre foi a minha melhor amiga e minha melhor companhia para tudo. Ao meu pai, por ser dedicado e me apoiar nos meus sonhos. Também, sou grata a toda minha família, os quais sempre incentivaram os mais novos a estudar, serem independentes e pessoas responsáveis. Considero um privilégio ter uma família assim. Inclusive, agradeço meu irmão mais novo, Arthur, e minha gata, Malu, por serem meus companheiros nos momentos de alegria e tranquilidade.

Durante todo esse período, agradeço a amizade de minhas amigas da escola, Thainá e Ana Paula, que sempre estiveram comigo, mesmo distante. Agradeço também aos amigos que fiz na graduação, Glenda, Luiz Davi e Téo, a faculdade foi muito melhor e mais feliz ao lado deles, nas aulas, nos corredores, nos trabalhos, no Restaurante Universitário (RU), no Biju, na biblioteca, no Bar do Jorge e na praça da Geografia.

Agradeço imensamente à todos os companheiros do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Reforma Agrária (NERA) e da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA), por me ensinarem muito desde o começo, logo após minha entrada na universidade. Em especial, destaco Prof. Bernardo, Prof. Nino, Bruna, Brenna, Maria Eduarda e Wuelliton, por me receberem tão bem e por contribuírem na construção da pesquisadora que busco ser.

Não posso deixar de agradecer aos demais professores, os quais tive a oportunidade de presenciar suas aulas e de aprender cada vez mais. Também, aos demais funcionários da FCT Unesp, servidores técnicos-administrativos e terceirizados, que garantiram espaços e condições para os meus estudos todos esses anos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço muito ao meu orientador, Prof. Bernardo, por abrir as portas do conhecimento para mim, desde o primeiro ano da graduação, na disciplina de Pensamento Geográfico. Sou muito grata também ao meu coorientador, Wilians, e à banca examinadora, Ana Lúcia e Maria Eduarda, por aceitarem esse desafio comigo e, mesmo com pouco tempo juntos, marcaram este momento importante para mim com imenso suporte e cooperação.

"Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O educador tem o dever de não ser neutro."

Paulo Freire

RESUMO

A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo também uma demanda urgente trabalhada em escalas global, regional e local. A população brasileira, organizada em movimentos socioespaciais, socioterritoriais e instituições, atuam coletivamente pela garantia e o cumprimento desse direito básico, tendo destaque na contribuição para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Temos a saúde como uma dimensão espacial e territorial, nesse sentido, buscamos relacionar a Geografia da Saúde com a Teoria dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais, as quais entendem, a partir do olhar crítico, como as desigualdades e exclusões afetam as populações e as estimulam a mudá-la. O objetivo deste trabalho é identificar a atuação dos movimentos vinculados à saúde nas cidades brasileiras nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, a partir da pesquisa bibliográfica, análise dos dados do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATAUTA Urbano), apoiado no recorte analítico do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 - Saúde e Bem-Estar. Os resultados, apresentados em quadros, tabelas, gráficos e mapas, nos revelam ações como manifestações, ocupações urbanas, paralisações e greves, além de uma diversidade e heterogeneidade de tipologia de movimentos atuantes na dimensão da saúde (trabalhadores, mulheres, negros, juventudes, LGBTQIAPN+ etc). Também, diversas pautas relacionadas com as condições de vida da população e grande relacionamentos com os 17 ODS, demonstrando a contribuição indireta dos movimentos diante da proposta de ação global e na luta para a construção de espaços e territórios. Portanto, a saúde se mostra como luta e como dimensão do espaço e do território, a qual é disputada por agentes hegemônicos e contra-hegemônicos, segundo suas intencionalidades.

Palavras-Chave: Movimentos Socioespaciais; Movimentos Socioterritoriais; Geografia da Saúde; Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATAUTA); Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

ABSTRACT

Health is a fundamental right guaranteed by the Federal Constitution of 1988, and it is also an urgent demand addressed at the global, regional, and local levels. The Brazilian population, organized into socio-spatial and socio-territorial movements and institutions, acts collectively to guarantee and enforce this basic right, with a notable contribution to the consolidation of the Unified Health System (SUS). We have health as a spatial and territorial dimension, in this perspective, we seek to relate the Geography of Health with the Theory of Socio-spatial and Socio-territorial Movements, which understand, from a critical perspective, how inequalities and exclusions affect populations and stimulate them to change it. The objective of this work is to identify the actions of movements linked to health in Brazilian cities in the years 2020, 2021, 2022, and 2023, based on bibliographic research and analysis of data from the Database of the Struggles for Spaces and Territories (DATAUTA Urbano), supported by the analytical framework of Sustainable Development Goal (SDG) 3 - Good Health and Well-Being. The results, presented in charts, tables, graphs, and maps, reveal actions such as protests, urban occupations, work stoppages, and strikes, as well as a diversity and heterogeneity of types of movements active in the health dimension (workers, women, Black people, youth, LGBTQIAPN+, etc.). There are also several issues related to the living conditions of the population and strong links to the 17 SDGs, demonstrating the indirect contribution of movements to the proposed global action and the struggle to build healthy spaces and territories. So, health shows up as a struggle and as a dimension of space and territory, which is contested by hegemonic and counter-hegemonic agents, depending on their intentionalities.

Keywords: *Socio-spatial Movements; Socio-territorial movements; Geography of Health; Database of the Struggle for Spaces and Territories (DATAUTA); Sustainable Development Goals (SDG).*

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano em 2020 no Brasil.....	39
Mapa 2 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano em 2021 no Brasil.....	46
Mapa 4 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano em 2023 no Brasil.....	65
Mapa 5 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano entre 2020 e 2023 no Brasil.....	71
Figura 1 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.....	34
Figura 2 - Gráfico do total de ações e ações por saúde em 2020, 2021, 2022 e 2023 nas cidades do Brasil.....	38
Figura 3 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro em 2020....	45
Figura 4 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro em 2021....	57
Figura 5 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro em 2022....	64
Figura 6 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro em 2023....	70
Figura 7 - Gráfico das tipologias de movimentos atuantes na saúde entre 2020 e 2023 no espaço urbano do Brasil.....	79
Figura 8 - Gráfico das tipologias de movimentos atuantes na saúde entre 2020 e 2023 no espaço urbano do Brasil.....	80
Figura 9 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro entre 2020 e 2023.....	81

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Informações das notícias sobre ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais.....	22
Quadro 2 - Itens abordados neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	24
Tabela 1 - Quantidade de ações registradas no espaço urbano brasileiro entre 2020 e 2023.....	38
Tabela 2 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2020.....	40
Tabela 3 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2020.....	40
Tabela 4 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil em 2020.....	40
Tabela 5 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2020.....	41
Tabela 6 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2020.....	42
Tabela 7 - Nome dos movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2020.....	42
Tabela 8 - Nome das instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2020.....	43
Tabela 9 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2021.....	47
Tabela 10 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2021...	47
Tabela 11 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil em 2021.....	48
Tabela 12 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2021.....	49
Tabela 13 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2021.....	49
Tabela 14 - Nome dos movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2021.....	50
Tabela 15 - Nome das instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2021.....	53
Tabela 16 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2022.....	59
Tabela 17 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2022...	59
Tabela 18 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil em 2022.....	60
Tabela 19 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2022.....	61
Tabela 20 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2022.....	61
Tabela 21 - Nome dos movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2022.....	62
Tabela 22 - Nome das instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2022.....	63
Tabela 23 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2023.....	66
Tabela 24 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2023...	66
Tabela 25 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil em 2023.....	67
Tabela 26 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2023.....	67
Tabela 27 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2023.....	68
Tabela 28 - Nome dos movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2023.....	68
Tabela 29 - Nome das instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2023.....	69
Tabela 30 - Ações por saúde no espaço urbano por unidade da federação do Brasil entre 2020 e 2023.....	71

Tabela 31 - Ações por saúde no espaço urbano por municípios do Brasil entre 2020 e 2023.....	72
Tabela 32 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil entre 2020 e 2023.....	75
Tabela 33 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil entre 2020 e 2023.....	75
Tabela 34 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil entre 2020 e 2023.....	77
Tabela 35 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil entre 2020 e 2023.....	78
Tabela 36 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil entre 2020 e 2023.....	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
CGC	Cartografia Geográfica Crítica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CUS	Cobertura Universal de Saúde
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBP	Frente Brasil Popular
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FPSM	Frente Povo Sem Medo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JURA	Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária
KM	Quilômetro
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transsexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Arromânticos, Agêneros, Pansexuais, Não-binários, demais orientações sexuais e identidades de gênero
LPJ	Levante Popular da Juventude
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSU	Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Reforma Agrária
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
QGIS	Quantum GIS
REDE DATALUTA	Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios
RSB	Reforma Sanitária Brasileira
S	Sul
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SRC	Sistema de Referência de Coordenadas
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBM	União Brasileira de Mulheres
UJC	União da Juventude Comunista
UJR	União da Juventude Rebelião
UJS	União da Juventude Socialista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Justificativa.....	19
Objetivos.....	21
METODOLOGIA.....	21
Pesquisa bibliográfica.....	21
Levantamento e análise de dados.....	22
Interpretação e representação dos resultados.....	24
DESENVOLVIMENTO TEÓRICO.....	24
A Geografia: do Espaço ao Território.....	24
Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais no Urbano.....	26
Geografia da Saúde e saúde no Brasil.....	30
A questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	34
ANÁLISE DE DADOS.....	36
2020: O ano da pandemia de Covid-19.....	38
2021: A flexibilização do isolamento social e retomada às ruas.....	45
2022: Polarização política para as eleições presidenciais.....	58
2023: Democracia e demandas sociais.....	64
SÍNTESE E DISCUSSÕES.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

No Brasil, foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 que a saúde é um direito fundamental garantido para todos os cidadãos e é dever do Estado garantir acesso igualitário e universal a estes serviços. Com isso, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), um sistema público que abrange recursos básicos da atenção primária até os mais avançados em saúde.

Além de serviços diretos à saúde, o SUS tem outras atribuições e competências, como executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, e também fiscalizar e inspecionar alimentos. No entanto, mesmo com suas diversas atuações, esse sistema enfrenta desafios como desmonte, desfinanciamento e privatização interna.

No mundo, cerca de metade da população global não tem cobertura total de serviços de saúde essenciais (OMS, 2025), o que resulta em altos custos que empurram pessoas para a pobreza e exacerbam as desigualdades no acesso à saúde, com populações vulneráveis sendo as mais afetadas. Nesse sentido, há tentativas e esforços locais, regionais e globais para mudar essa realidade.

A Organização das Nações Unidas (ONU), uma organização internacional fundada em 1945 para promover a paz, a segurança e a cooperação entre os países, atua em diversas áreas, inclusive na saúde, com agências especializadas, fundos e programas. Alguns exemplos são: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Programa Alimentar Mundial (PAM), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Cobertura Universal de Saúde (CUS), entre outras.

No contexto atual, ganha destaque os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que representam um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. No que se refere especificamente à área da saúde, destaca-se o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, cujo propósito é assegurar o acesso universal a serviços de saúde de qualidade e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as fases da vida.

Além das instituições globais, há instituições brasileiras atuantes no avanço da saúde pública no Brasil, alguns exemplos são o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), o Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Associação Brasileira de Saúde

Coletiva (ABRASCO) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ademais, é notório a preocupação e o movimento global e nacional pela saúde.

A população civil também é uma grande agitadora por mudanças e transformações da realidade em que vivem, tendo em vista que a saúde é um direito constitucional, conforme o Artigo 196: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Também, já que a maior parte da população brasileira depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com Painel de Indicadores de Saúde (2019), da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizado pelo Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 26% da população brasileira tem plano de saúde particular, assim, tendo 74% da população dependendo exclusivamente do SUS.

A pesquisadora e socióloga Lúcia Ribeiro (1989, p. 264) trata da relação da sociedade civil, organizada como movimentos sociais, e sua relação com a questão da saúde no Brasil. Esses contribuíram para “um conceito global de saúde, a igualdade no acesso aos serviços e a exigência de participação” durante a ditadura militar e a construção da constituição brasileira de 1988.

A relação entre movimento social e saúde também é explícita em recentes projetos, como o Mapa Mov Saúde, uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde (CNS) na construção de mapeamento colaborativo de movimentos sociais em saúde. Buscam fortalecer a atuação em saúde e políticas igualitárias em favelas e periferias urbanas no Brasil, por entenderem que os movimentos são protagonistas na construção e na defesa do direito universal à saúde.

Em um sentido parecido, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que promove a saúde e o desenvolvimento social e tem o lema “Ciência e Saúde pela Vida”, desenvolve o Mapa de Conflitos, envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Com essa iniciativa, tornam públicas as vozes que lutam por cidadania, ao defenderem seus direitos pela vida, que incluem o território, a saúde, os ecossistemas, a cultura e a construção de uma sociedade mais humana, saudável e democrática.

O entendimento de saúde adotado pelo Ministério da Saúde segue a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo a qual saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades. Essa concepção evidencia a necessidade de analisar o contexto socioespacial em que o indivíduo está inserido, indo além da consideração exclusiva do corpo e da mente para

uma compreensão mais abrangente do estado de saúde. Tal perspectiva destaca que as relações sociais e os contextos espaciais exercem influência direta sobre o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, constituindo-se, portanto, elementos fundamentais para a compreensão da saúde.

A saúde (no seu sentido mais amplo) e os movimentos sociais se conectam diante da defesa dos direitos humanos fundamentais, a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia na defesa da vida e da saúde. Isso engloba, também, o direito à terra, a alimentos saudáveis, à democracia e à cultura, em especial das populações atingidas pelas desigualdades, como pobres, negros, LGBTQIAPN+, mulheres etc, as quais são frequentemente vulnerabilizadas e discriminadas.

Diante desse contexto, a Geografia tem muito a contribuir, pois se dedica a compreender as interações entre os sujeitos e o espaço, concebido como uma totalidade indissociável que integra elementos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais. O espaço geográfico, entendido como produto e condicionante das práticas sociais, revela-se, portanto, fundamental para analisar como os contextos espaciais influenciam a saúde e são, simultaneamente, transformados pelas ações humanas. A Geografia da Saúde investiga a relação entre espaço geográfico e a saúde das populações, em seu sentido mais amplo, que são influenciadas por uma variedade de fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais que se manifestam no espaço.

De acordo com Guimarães (2015), a Geografia da Saúde diz respeito a forma de enxergar os problemas reais do mundo e aborda sobre a produção do espaço vivido e percebido pelas pessoas. Dessa maneira, entende que a estruturação e desenvolvimento socioespacial da sociedade afeta as questões de saúde das populações.

Essas populações, afetadas pelas questões de saúde em suas dimensões biológica, ambiental e social, organizam-se como movimentos socioespaciais e socioterritoriais, atuando coletivamente em torno de objetivos comuns. Seu propósito é transformar os espaços e territórios em que vivem, isto é, suas próprias realidades, em direção a condições melhores.

Isso porque “a construção desses espaços e suas ações mudam as conjunturas políticas” (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 354), por isso, há inúmeros movimentos de luta fortemente ativos por melhorias nas condições de vida (Guimarães, 2019). Assim, nesta monografia, analisamos as ações dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais pelo direito à saúde, suas demandas e proposições.

A Teoria dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais demonstram a multidimensionalidade na geografia. Fernandes e Sobreiro Filho (2023) partem da

perspectiva da indissociabilidade para analisar como os movimentos produzem espaços e territórios e como são produzidos pelos espaços e pelos territórios. É neste sentido que compreendemos a saúde como dimensão do Território, bem como a luta também é dimensão. Luta pela saúde produz territórios que lutam pela saúde.

Para Fernandes (2005), os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios diante dos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais. Também, Fernandes e Sobreiro Filho (2023, p. 339) destacam que “as lutas dos movimentos estão sempre associadas às políticas públicas para diminuição das desigualdades”.

Assim, estes são grupos de sujeitos políticos que visam mudar a realidade de injustiças e desigualdades em que se encontram, inclusive na questão da saúde. Os autores também confirmam que os espaços de desigualdade e exclusão são os principais criadores destes movimentos, que buscam mudar essa espacialidade e territorialidade.

A teoria dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais e a perspectiva da geografia da saúde podem ser relacionadas a partir de seus objetivos finais: a superação de desigualdades, contribuindo para a construção de espaços justos para todos. Ambas ideias sugerem atingir um fim em comum: a existência digna dos grupos sociais, lutando contra desigualdades e injustiças visando transformar a realidade para melhor, ou seja, mais saudável.

As teorias, a partir do olhar crítico, expõem que os espaços de desigualdade e exclusão criam movimentos que buscam transformar essa realidade (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023), como também criam espaços de adoecimento, conforme a geógrafa da saúde Luisa Rojas (1998). Assim, os movimentos constroem espaços e territórios saudáveis buscando a superação de desigualdades e injustiças, promovendo melhores condições de vida e dignidade. Sendo possível relacioná-los à teoria da geografia da saúde, que considera injustiças e desigualdades como fatores de adoecimento.

Considerando a diversidade de ações e articulações dos movimentos sociais vinculados à saúde nas cidades brasileiras, especialmente no contexto recente marcado por profundas desigualdades e pelos desafios impostos entre 2020 e 2023, emerge a necessidade de compreender de que modo esses movimentos atuam na defesa, promoção e reivindicação do direito à saúde. Assim, o problema de pesquisa que se coloca é: como os movimentos socioespaciais e socioterritoriais relacionados à saúde têm se mobilizado no território urbano brasileiro, quais formas de ação têm predominado e em

que medida tais ações dialogam com as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar?

Justificativa

A saúde é uma demanda urgente tratada em diversas escalas de atuação, desde a local até a global. Principalmente, pautada nas questões mais atuais de bem-estar e qualidade de vida, que é muitas vezes negligenciada pelo poder hegemônico. É preciso insistir na difusão desse pensamento emancipatório e enfatizar a importância dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais como sujeitos políticos dedicados às transformações socioespaciais pautadas na justiça e igualdade. Além de serem essenciais e fundamentais para a demanda da saúde pública no Brasil.

É importante a análise a partir dos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais pois “[...] frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades” (Fernandes, 2005, p. 26). Bem como contribuir para o fortalecimento das lutas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, que são marginalizados e incompreendidos pela sociedade. Conforme Fernandes (2005, p. 32-33):

Compreender esses processos é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios (Fernandes, 2005, p. 32-33).

É possível demonstrar e reforçar que os Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos (MSUs) lutam para superar desigualdades e injustiças, de modo a conquistar bem-estar, bem-viver e dignidade. Como também, revela a importância da perspectiva geográfica da saúde, que considera questões estruturantes da realidade espacial para avaliar a qualidade de vida das populações. Principalmente nas cidades, já que 87% da população brasileira vive em áreas urbanas segundo o Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além que:

As contradições inerentes ao sistema capitalista e a racionalidade neoliberal, são catalisadoras das insurgências e auto-organização dos sujeitos urbanos e não urbanos, em que a cidade exerce centralidade na reivindicação simbólica, sendo condicionante e reflexo destas ações. Tem-se então a importância fundamental dos MSUs na contestação desta inércia, buscando questionar a lógica e criar espaços e territórios alternativos de superação (Souza; Bejarano, 2024, p. 25).

Buscamos nessa pesquisa evidenciar e contribuir com o tema a partir da identificação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que vinculam suas lutas à dimensão da saúde. Com o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA), desenvolvido por pesquisadores da REDE DATALUTA (Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios), que sistematiza as ações dos movimentos no Brasil desde 2020 no campo, cidade, água e nas florestas, podemos analisar o espaço urbano através desta perspectiva, com o foco de demonstrar conexões entre movimentos socioespaciais/socioterritoriais e saúde de forma mais aprofundada, que contribui com a qualidade da pesquisa.

A REDE DATALUTA é um coletivo de pensamento com pesquisadores de várias regiões do Brasil e parcerias internacionais que busca construir teorias, métodos e metodologias para os estudos sobre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Assim, constroem o DATALUTA, um banco de dados sobre a atuação destes movimentos nos espaços e territórios urbanos, do campo, das águas e das florestas, como também sobre as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA), dados da questão agrária e da Estrangeirização da Terra.

A princípio, era chamado de Banco de Dados da Luta pela Terra, pois sistematizava dados sobre ocupações de terras rurais, realizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Reforma Agrária (NERA), na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Com o passar dos anos, foram ampliando as análises para a espacialização da luta pela terra, movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo, estrangeirização de terras, até a forma atual, registrando as conflitualidades dos movimentos em diversos espaços.

Isso reflete os avanços teóricos e metodológicos do coletivo de pesquisa, se expandindo em temas, formas e categorias de análises, universidades, grupos de pesquisa, sendo fruto de um trabalho essencialmente coletivo. É a partir deste contexto, das possibilidades e das potencialidades do banco de dados, que vieram as primeiras ideias para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Assim, esse estudo se insere em um contexto de esforços coletivos materializados na construção do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA), reunindo grupos de pesquisas de diferentes instituições no Brasil e no mundo. O que possibilita e potencializa estudos abrangentes e panorâmicos, pois o DATALUTA, em sua atual conformação, representa um trabalho de muitas mãos e pensamentos construídos através de muitas reflexões teóricas e conceituais.

Objetivos

O objetivo da pesquisa é analisar as relações entre saúde e movimentos socioespaciais e socioterritoriais, buscando vincular a teoria da geografia da saúde com a dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Assim, busca-se estudar a atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela saúde nas cidades brasileiras entre os anos de 2020 a 2023 a partir da análise dos dados do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATAUTA Urbano).

A partir disso, buscamos identificar os diferentes tipos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais que articulam em suas lutas e agendas a defesa do direito à saúde. Compreendendo de que forma (estratégias, práticas e territórios de atuação) e por quais razões (demandas e contextos) esses movimentos se envolvem nas disputas por acesso, qualidade e justiça em saúde.

Também, construir uma cartografia geográfica crítica dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos que vinculam suas lutas à saúde, mapeando seus territórios de atuação, ações e pautas. Bem como as formas pelas quais articulam demandas por justiça social e acesso universal à saúde.

Por fim, analisar as conexões entre as lutas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos por saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase no ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). Além de sua articulação com outros objetivos relacionados, à luz da perspectiva de saúde promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerando abordagens integradas de justiça social, equidade territorial e promoção do bem viver.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e quantitativa, com objetivo exploratório, baseado em pesquisa bibliográfica, análise de dados e representação gráfica dos resultados. Os procedimentos metodológicos para a elaboração da pesquisa são:

Pesquisa bibliográfica

A abordagem teórica para o tema de espaços e territórios utilizamos Raffestin (1993), Fernandes (2005) e Milton Santos (2006), com a intenção da análise crítica

desses conceitos geográficos aplicados a esta pesquisa. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais foram tratados a partir de Fernandes (2005), Pedon (2009), Souza Júnior (2011), Fernandes e Sobreiro Filho (2023), Souza e Bejarano (2024), já que fazem análise dos movimentos indissociáveis do espaço e território.

Para a Geografia da Saúde, Rojas (1998), Guimarães (2015) e Simon (2024) trazem a perspectiva geográfica da saúde, com olhar crítico e voltado para análise das relações sociais de saúde, além de apenas as relações físico-químicas e biológicas. Usamos Ribeiro (1989), Santos (2013) e Saffer et al (2020) para contextualizar a saúde no Brasil e suas relações com movimentos sociais.

Sobre o debate dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos baseamos em informações contidas nos sites da Organização das Nações Unidas (ONU), além de outras bibliografias como Jorge et al (2022), Fernandes e Sobreiro Filho (2023) e Souza e Bejarano (2024). Ademais, consultamos outras fontes de dados e informações, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Constituição Federal, para complementar a pesquisa.

Levantamento e análise de dados

Os dados a serem analisados são do DATALUTA - Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios, dos anos de 2020 a 2023, nos espaços urbanos do Brasil. O banco de dados é construído coletivamente por pesquisadores da REDE DATALUTA, os quais levantam dados secundários a partir de jornais online que noticiam as ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Os sites e notícias são encontrados a partir de palavras-chave cadastradas no Google Alerta, são analisados e armazenados no Google Drive, enquanto suas informações (quadro 1) são organizadas em planilhas no aplicativo JotForm e posteriormente exportados para o Google Planilhas ou Excel.

Quadro 1 - Informações das notícias sobre ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais

Informações sistematizadas	
Nome do responsável pela sistematização	Ação matriz
E-mail do responsável pela sistematização	Ação derivada
Código da notícia	Objetivos ou pautas da ação
Título da notícia	Finalidade da ação
Fonte da notícia	Data da ação
Data da notícia	Tipo de movimento

Macrorregião onde a ação foi realizada	Nome do movimento
Estado onde a ação foi realizada	Modalidade do movimento
Município onde a ação foi realizada	Quantidade de pessoas
Código do município pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Tipo de instituição
Escala da ação	Nome da instituição
Ação virtual ou presencial	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: DATALUTA Urbano (2025)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

É importante destacar que as informações sistematizadas não operam de forma isolada, mas se conectam a múltiplas dimensões das pesquisas. Isso revela a diversidade, a profundidade e a potencialidade dos trabalhos realizados pela REDE DATALUTA, ao trabalhar a construção do banco de dados e a elaboração de teorias.

As notícias e ações coletadas são uma amostra da realidade, apresentados através de canais de divulgação e jornais online, tanto tradicionais quanto alternativos. Assim, representam um escopo das ações coletivas que ocorreram no espaço brasileiro durante o período de tempo analisado.

De acordo com Fernandes e Sobreiro Filho (2023, p. 350), coordenadores da rede de pesquisa e do banco de dados, essas informações em escala nacional nos apoiam nas pesquisas sobre as lutas dos movimentos, assim como contribuem com a qualidade da pesquisa e a leitura do espaço. Desse modo, “com milhares de dados das ações e dos movimentos por ano é possível acompanhar as conjunturas políticas, suas influências nos movimentos mais ativos, nos menos ativos, as ações coletivas que inauguram temas e as que encerram”, nos proporcionando uma análise de grande abrangência.

Relacionamos as ações conforme os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), pois, segundo Fernandes e Sobreiro Filho (2023), a maior parte dos movimentos e ações têm relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com destaque para a diminuição das desigualdades, da fome, em defesa da saúde, do acesso à terra, à água, nas produções e conquista de seus espaços e/ou territórios. Assim entendemos que os movimentos contribuem profundamente para a materialização desses objetivos.

Foram utilizados dados do DATALUTA Urbano, dos anos de 2020 a 2023, a partir do recorte do ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, para analisar as ações e movimentos socioespaciais e socioterritoriais com lutas vinculadas à dimensão da saúde no Brasil. Utilizando, principalmente, das informações de localização da ação, tipologia da ação,

objetivos/pautas, tipos e nomes dos movimentos e outras instituições, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme o quadro 2.

Quadro 2 - Itens abordados neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Itens abordados	Descrição
Localização	Verificar as espacialidades das ações
Tipologia da ação	Ações matrizes e derivadas que são caracterizadas a partir da forma da ação e recortes mais específicos
Objetivos e pautas	Conteúdo ou tema da ação
Tipos de movimentos e instituições	Categorização a partir de suas características e finalidades
Nome dos movimentos e instituições	Identificação dos movimentos e instituições
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Relacioná-las com a agenda de luta global

Fonte: DATALUTA Urbano (2025)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Com esses dados trabalhados nesta monografia, podemos identificar onde, quem, como e porquê os movimentos socioespaciais e socioterritoriais se mobilizaram pela saúde no Brasil entre 2020 e 2023.

Interpretação e representação dos resultados

Os produtos fornecidos pela análise de dados foram representados em quadros, tabelas e gráficos a partir do Google Planilhas e do Canva (plataforma online de design e comunicação visual), enquanto a cartografia foi elaborada através do software QGIS, com base na perspectiva da Cartografia Geográfica Crítica. A proposta teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica (CGC) é contribuir no esforço de valorizar e estabelecer o mapa como instrumento analítico e discursivo na geografia brasileira, utilizando o mapa como instrumento de libertação (Girardi, 2011). Nesse sentido, para a dimensão da saúde, “é preciso mapear não apenas doenças, mas as desigualdades que produzem a morte e a exclusão” (Simon, 2024, p.289), assim considera-se de grande importância essa perspectiva e etapa de análise.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

A Geografia: do Espaço ao Território

Para Milton Santos (2006, p. 39), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o único quadro no qual a história se dá”. Essa perspectiva é uma contribuição geográfica para a produção de uma teoria social crítica do espaço.

Assim, conceitua o espaço com forma (objetos materiais e imateriais) e conteúdo (ações, eventos, o que acontece), este sendo o objeto de estudo da Geografia. De acordo com o autor, esses sistemas interagem, condicionam e são condicionantes do espaço geográfico, que é dinâmico e se transforma (Santos, 2006).

Considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, assim como estamos propondo, permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos (Santos, 2006, p. 40).

Fernandes (2005, p. 26) entende o espaço como “criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais”. Isso traz à tona o espaço como multidimensional, com dimensões políticas, econômicas, culturais, entre outras.

O território é definido por Raffestin (1993) como uma produção espacial resultante da ação de atores sociais e das suas relações de poder. É o processo de apropriação do espaço por atores que exercem poder nele, fruto das relações sociais. Nessa perspectiva, o território não se trata apenas da esfera político-estatal, como na visão da geografia clássica. Complementa-se com Fernandes (2005):

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. [...]. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (Fernandes, 2005, p. 27).

Os espaços e os territórios são produzidos pelas relações sociais a partir de suas intencionalidades. Milton Santos (2006) defende que a intencionalidade é central para definir a relação entre os objetos e as ações humanas, sendo essencialmente o traço que une o sujeito ao mundo.

Para Fernandes (2005, p. 27), “a intencionalidade determina a representação do espaço. Constitui-se, portanto, numa forma de poder, que mantém a representação

materializada e/ou imaterializada do espaço, [...]”. Devido a isso, criam-se diferentes leituras socioespaciais (Fernandes, 2005).

Assim, funciona como uma lente que permite analisar as ações (o movimento consciente e voluntário do sujeito) e os objetos (a materialização de um propósito técnico e científico), ligando-os num sistema inseparável que constitui o espaço geográfico (Santos, 2006). É uma visão de mundo, uma forma de ver, de ser e de existir, e por isso, é conflitivo (Fernandes, 2005).

Para Milton Santos (2006), o território usado é a união indissociável do espaço físico com o uso que se faz dele, que são as ações e relações sociais. Nesse sentido, sobre o uso, é necessário saber quem usa, como usa e porquê usa, ou seja, sua finalidade. Essa perspectiva traz à tona os conflitos e relações de poder na análise geográfica, com atribuição de valor, função e significado.

Assim como o espaço, o território também é multidimensional, abrangendo simultaneamente dimensões econômicas, políticas, culturais, sociais e inclusive da saúde. Identificamos a saúde como um território, pois é um espaço conflitivo e rodeado de disputas, a partir de diferentes visões de mundo, intencionalidades e paradigmas. Usado por diferentes grupos, como empresas, Estado e sociedade civil, que apresentam diferentes usos do território com base em seus ideais, sendo conflitante.

O território da saúde caracteriza-se de forma material, inscrito em infraestruturas, serviços e políticas públicas concretas, como também de maneira imaterial, constituído por práticas, discursos, saberes e relações de poder que atravessam os corpos e os espaços. São conflitos de poder, discurso e controle dos corpos, já que a saúde mobiliza disputas simbólicas, institucionais e espaciais. Isso nos permite entender como diferentes racionalidade e interesses moldam, tensionam e transformam o território da saúde no Brasil.

Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais no Urbano

O paradigma geográfico dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, de acordo com Fernandes e Sobreiro Filho (2023), nasceu da necessidade de entender como os espaços e territórios produzem movimentos que lutam, disputam, criam e destroem espaços e territórios. Isso porque, para a geografia, é insuficiente a análise sociológica dos movimentos sociais separados do espaço geográfico. Como defende Fernandes (2005, p. 30):

Estes trabalhos resultam de um desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios (Fernandes, 2005, p.30).

Esse conceito surgiu dos estudos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas permite ler e interpretar diversos outros movimentos de variados espaços, a partir do diálogo entre método-realidade-teoria-realidade. Dessa forma, a conceituação se aplica a movimentos camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, feministas, antirracistas, estudantil, ambientais, LGBTQIAPN+, entre outros, nos espaços urbanos, agrários, das águas e das florestas.

O interesse da geografia nos estudos dos movimentos é pelas ações coletivas que atuam na produção e construção de novos espaços e territórios, que inspiram a reflexão sobre a interação e a indissociabilidade entre espaço e sujeito (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Para os autores, “o conceito de movimento socioterritorial nasceu das disputas pelos territórios, do mesmo modo que o conceito de movimento socioespacial nasceu das lutas pelos espaços” (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 336). Também, afirmam que “predominam leituras sociológicas de como as relações sociais produzem espaços, mas são raras as leituras geográficas de como os espaços e ou territórios produzem relações sociais” (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 341).

Os movimentos surgem a partir da necessidade de defender seus direitos, criar espaços, conquistar e garantir territórios. Essas são as condições para garantir suas existências perante os espaços de desigualdade e exclusão, já que instituições formais e governamentais não garantem essas condições (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Dessa forma, as reivindicações e proposições dos movimentos mostram que suas lutas estão associadas às políticas públicas para diminuição das desigualdades.

É importante ressaltar que:

Os movimentos sociais nunca agem isoladamente, os espaços de diálogos são os primeiros a serem construídos para atender às diferentes formas de relacionamento com as outras instituições. Partidos políticos, sindicatos, igrejas e Organizações Não Governamentais (ONGs) agem e reagem conjuntamente. Estão sempre tratando do espaço ou território e suas dimensões como saúde, educação, transporte, moradia, etc (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 388).

“A teoria dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais é uma contribuição para a leitura espacial e territorial dos movimentos” (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 353), a partir da perspectiva da indissociabilidade, para analisar como os movimentos produzem

espaços e territórios e como são produzidos pelos espaços e pelos territórios. Nesse sentido:

As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos (Fernandes, 2005, p. 30).

Dessa forma, a configuração do espaço e território, tanto na cidade quanto no campo, é cada vez mais influenciada pela participação das classes populares mobilizadas que tem como objetivo a conquista do espaço da vida, o espaço onde a vida se desenvolve (Pedon, 2009). Isso acontece em contraposição à produção do espaço a partir:

[...] de um modelo de organização socioterritorial regulado pelos princípios capitalistas da acumulação, e tem como consequência a exclusão da maior parte da população urbana e rural da riqueza produzida (o que configura o processo de exclusão) e dos processos decisórios (o que configura o processo de subordinação) (Pedon, 2009, p. 182)

O autor complementa que “a sociedade brasileira produz seus territórios por meio das relações de poder e dominação entre classes sociais que possuem interesses que são, na maioria das vezes, conflitantes” (Pedon, 2009, p. 182). Além de que, “a ação desses movimentos apresenta-se como um fator determinante de mudança de valores e práticas que se volta para um conjunto de novas alternativas sociais e políticas” (Pedon, 2009, p. 182), visando a superação de desigualdades e as formas de exclusão social.

Para o espaço da cidade, é preciso considerar “os movimentos como elementos importantes na produção espacial urbana [...] pois os movimentos são instituições que muitas vezes fazem a diferença na mudança dos rumos das políticas urbanas em diferentes escalas” (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023, p. 339). Assim, as ações e a razão de existência dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais é pela transformação da realidade, que não existe sem a criação de espaços (Fernandes, 2005).

Segundo Wilians Ventura Ferreira Souza e Maria Eduarda Grecco Bejarano (2024):

Nas cidades brasileiras convivem pessoas pertencentes a diferentes classes econômicas e sociais, com distintas origens geográficas, raça/etnia, orientação sexual, religiosidade, posições políticas etc. Essa significativa diversidade é propícia à existência de embates, conflitos, disputas, cooperações e solidariedades de agentes sociais e suas propostas variadas de usos do território (Souza; Bejarano, 2024, p. 2).

Nesse sentido, a cidade é um espaço de conflitualidade, disputa, contenção e poder, e:

No contexto da urbanização capitalista, as contradições e tensões características da organização socioespacial das cidades fomentam ações que questionam, contestam, desafiam, reivindicam, propõem e buscam transformar ou manter esse espaço de acordo com distintos interesses e insatisfações (Souza; Bejarano, 2024, p. 2).

A produção do espaço urbano é desigual e fragmentada, isto enquanto produto das relações políticas, econômicas, sociais, culturais e geográficas, como também é produtora de relações que representam a contradição por diferentes sujeitos, grupos, movimentos e instituições posicionadas em variadas escalas e dimensões (Souza; Bejarano, 2024). Dessa forma, os movimentos surgem da interação dinâmica entre o espaço e as ações humanas, simultaneamente moldando e sendo moldados por esse contexto de desigualdade e exclusão provocadas pela dinâmica de acumulação do capital.

Borja (1975, p. 17-18, apud Souza Júnior, 2011, p. 156) propõe que uma das possibilidades que motivam a formação de movimentos urbanos é a deterioração das condições de vida. No mesmo sentido, Souza Júnior (2011, p. 151) trata os movimentos urbanos “enquanto consequência do processo da exclusão social proveniente dos impactos da globalização, evento este que tem despertado na sociedade o interesse por se organizar e lutar por direitos sociais [...]”.

Complementa que “tais atores são originados dos segmentos da sociedade que lutam por justiça social e qualidade de vida” (Souza Júnior, 2011, p. 151). Souza e Bejarano destacam que:

Nesse sentido, esses movimentos se constituem como uma proposta viva, eficaz e talvez, uma das poucas alternativas de contribuir para o reestabelecimento de uma cidade menos dividida e fragmentada, já que o comum e o bem-viver é uma proposta filosófica-geográfica adotada por parte dos movimentos socioterritoriais urbanos (Souza; Bejarano, 2024, p. 14)

Diante disso, os autores propõem que os movimentos e os coletivos combativos e resistentes, que são produzidos pela cidade desigual, segregada e fragmentada, constroem uma cidade possível, solidária e menos desigual (Souza; Bejarano, 2024). Assim, “as concepções de justiça social e qualidade de vida assumem uma posição de destaque por parte dos movimentos sociais urbanos ao se tornarem os principais alicerces das bandeiras de luta” (Souza Júnior, 2011, p. 158).

Com essas considerações, analisar os movimentos socioespaciais e socioterritoriais disputando a dimensão da saúde é entender que são sujeitos politicamente ativos e críticos da realidade em que vivem. Dessa forma, buscam melhores condições de vida e saúde a partir da luta coletiva.

Geografia da Saúde e saúde no Brasil

A Geografia da Saúde nasce pela busca de relações entre as condições ambientais e as doenças, sendo chamada primeiramente de Geografia Médica. Contudo, foi necessário uma visão mais ampliada do problema, “uma vez que a preocupação em compreender as doenças não é suficiente para o tratamento integral da saúde coletiva, valorizando-se outros conceitos como a prevenção, a qualidade de vida e o bem-estar” (Guimarães, 2015, p. 14).

Nesse sentido, a saúde é resultado de complexas dinâmicas e interações entre fatores que expressam essencialmente as relações sujeito e ambiente (Luisa Rojas, 1998). Isso traz à tona analisar “questões socioeconômicas e culturais que afetam a saúde das populações” (Carolina Russo Simon, 2024, p. 275). Segundo Guimarães (2015, p. 32):

A Geografia acompanhou a tendência que pouco a pouco deslocou o conceito de doença para o de saúde, compreendida como um estado de bem-estar completo, físico, mental e social e não simplesmente marcado pela presença da enfermidade. Sem dúvida, o conceito ganhou um sentido mais positivo, sobretudo, uma dimensão cultural e social inteiramente nova, além de sair da órbita estritamente médica (Guimarães, 2015, p. 32).

Essa nova perspectiva destaca questões como a redução das disparidades espaciais e das desigualdades sociais, assim como a reprodução da vida em contextos de desigualdade social e pobreza urbana afetam diretamente na saúde, pensada como qualidade de vida e bem-estar. Luisa Rojas, cubana e geógrafa da saúde, desenvolve:

A Geografia não está relacionada com o bem-estar e a saúde das populações apenas no contexto da Geografia Médica. De forma mais indireta e pouco explorada, as informações sobre o processo saúde-doença podem ser incorporadas sempre que se aborda a distribuição desigual de componentes e processos socioeconômicos, incluindo os socioculturais. Em qualquer uma dessas direções, a geografia aproxima-se da saúde das coletividades, dos ambientes comunitários. Sua especificidade mais notável é privilegiar o espaço e seu principal problema é articular o “onde?” com o “quem?” (Rojas, 1998, p. 703, tradução nossa).

Dessa forma, “a saúde da população constitui a expressão de determinantes e condicionantes de natureza estritamente biológica, ambiental e social, tanto históricos como atuais” (Rojas, 1998, p. 704, tradução nossa). Que são conhecidos “como fatores determinantes: estilos de vida, ambiente (físico e social), biologia humana e serviços de saúde” (Rojas, 1998, p. 704, tradução nossa).

A produção do espaço geográfico, os seus processos de configuração e funcionamento, é influenciada pelas condições e recursos naturais e dos modos de produção passados e atuais. Nesse sentido, argumenta:

Entre os processos que mais têm afetado as condições de vida e a saúde da população nas últimas décadas, destacam-se as desigualdades e injustiças sociais, o intenso processo de urbanização, as mudanças na composição da força de trabalho, na estrutura etária da população, no nível educacional, bem como na organização dos serviços públicos e, especialmente, no papel do governo em relação a eles (OPAS, 1994) (Rojas, 1998, p.707, tradução nossa).

Para finalizar:

[...] a Geografia da Saúde não se limitou mais à distribuição de doenças ou à localização de hospitais: tornou-se uma ciência aplicada à compreensão e promoção da saúde em sua totalidade. A disciplina se afastou dos métodos positivistas e abraçou uma perspectiva mais crítica e interdisciplinar, buscando compreender os processos sociais e naturais que moldam a saúde humana (Simon, 2024, p. 276-277).

Podemos compreender que a Geografia da Saúde é preocupada com a vida das pessoas, tornando-a comprometida em ouvir aqueles que são silenciados ou nunca foram ouvidos. “Enfim, é adotar uma postura ética, de valorização da justiça e da solidariedade” (Guimarães, 2019, p. 123).

Para Guimarães (2019, p. 123), “ser geógrafo e geógrafa da saúde é ser um geógrafo e geógrafa preocupados com a vida das pessoas. Preocupado em desenvolver uma Geografia na perspectiva das pessoas”. Assim, conceitua a Geografia da Saúde como um modo de olhar para o mundo (Guimarães, 2015). Além de que:

[...] pensar a saúde a partir do olhar geográfico é nunca perder de vista a relação sociedade/natureza. E compreender essa relação a partir das características do meio impõe uma série de condições que conformam a saúde como espaço, numa unidade complexa e indissociável dos componentes físicos, biológicos e sociais (Guimarães, 2019, p. 125).

Na América Latina, Luisa Rojas (1998) aponta que na década de 1980 a maioria dos países experimentaram uma aguda crise econômica que obrigaram ajustes nas estruturas e modelos de desenvolvimento, resultando na perda de intervenção de estados

nacionais nas áreas sociais e nos serviços de bem-estar e saúde da população. Isso, atrelado ao aumento das privatizações desfavoráveis à população. Como produto, há a distribuição desigual de bem-estar.

Relaciona-se com Guimarães (2015), que qualifica a estruturação e desenvolvimento da sociedade capitalista urbano-industrial como impactante às questões de saúde. Reflete o constante relacionamento entre o biológico e o social, das desigualdades, exclusões sociais e da pobreza urbana, que são as dimensões de existência das pessoas.

No que tange os movimentos sociais por saúde, a socióloga Lúcia Ribeiro (1989) destaca a diversidade dos movimentos de saúde e a heterogeneidade de sua base social. Pois vão desde movimentos rurais, urbanos, negros, de mulheres, até comunidades religiosas e sindicatos. A autora desenvolve:

Este quadro, amplamente diversificado, caracteriza também os movimentos que dizem respeito à saúde, condicionados pela especificidade do contexto socioeconômico e, de maneira particular, do panorama nosológico no qual se incluem. Aqui, há que distinguir inicialmente os movimentos que tomam esta questão como seu objetivo exclusivo, enquanto outros a enfocam em conjunção com outros temas. Existe também diversidade na sua base social; alguns movimentos dizem respeito aos profissionais da área, como, por exemplo, os diversos sindicatos profissionais ou o Movimento Sanitário; outros se referem basicamente aos setores populares que, em face das carências que sofrem nesta área, se organizam para lutar por melhores condições de saúde (Ribeiro, 1989, p. 266).

Esses movimentos floresceram principalmente nos anos 1970 e não são rigidamente estruturados, já que se transformam com as conjunturas sócio-econômicas ou políticas, são, portanto, mutáveis (Ribeiro, 1989). Também, centram-se em três aspectos, de acordo com a autora: no conceito global de saúde, igualdade no acesso aos serviços e a exigência de participação social nas políticas.

Sobre o conceito global de saúde, a autora destaca que:

Na medida em que os movimentos reconhecem, na saúde, uma dimensão coletiva — e não apenas um problema pessoal pelo qual cada um é individualmente responsável — se explicita, também, seu condicionamento social: a situação de saúde depende diretamente das condições de vida, e não se resolve independentemente destas; o direito à saúde implica trabalho em condições dignas, alimentação para todos, moradia higiênica, educação e informação, qualidade adequada do meio ambiente, transporte acessível e seguro, descanso, lazer e segurança (Ribeiro, 1989, p. 272).

No que diz respeito à igualdade no acesso aos serviços de saúde, “na reivindicação de ‘saúde para todos’ se inclui o direito a serviços de saúde universalmente

acessíveis e gratuitos, o que implica a responsabilidade do Estado” (Ribeiro, 1989, p. 272). E, na exigência de participação, os movimentos se reconhecem como sujeitos políticos e colocam suas necessidades em debate.

O relacionamento entre movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais com a dimensão da saúde brasileira é algo antigo, inclusive sendo um dos fatores imprescindíveis na história da saúde no Brasil. Já que, a trajetória histórica da saúde no país é marcada pelo movimento sanitário e atuação da sociedade civil.

A luta e pressão desse movimento “obrigaram o Estado a propor mudanças na política de saúde brasileira como forma de enquadrar a questão social e canalizar as pressões populares” (Marta Alves Santos, 2013, p. 235). Isso no contexto de ditadura militar, em que a saúde era vinculada ao setor privado.

A autora destaca:

A questão saúde e democracia ganha visibilidade e a relação entre ambas passa a ser apresentada constantemente nas pautas dos movimentos sociais e em suas manifestações. A luta pela saúde ampliou-se e favoreceu a articulação com outras entidades e movimentos populares. Destacavam-se, nesse período, como reivindicações das diversas manifestações: a luta pelo saneamento, água, luz e postos de saúde; a luta pelo fortalecimento do setor público e promoção da saúde e a luta pelas questões concretas da vida [...] (Marta Alves Santos, 2013, p. 236).

Em 1988, a Constituição Federal integra a saúde no tripé da Política de Seguridade Social, junto com a previdência e assistência social. Por esses motivos, é possível afirmar que o movimento sanitário participou no surgimento e construção do Sistema Único de Saúde (SUS) (Marta Alves Santos, 2013).

“A Reforma Sanitária Brasileira (RSB) é um dos frutos das mobilizações populares na redemocratização brasileira nos anos 1980 que impulsionaram o estabelecimento da seguridade social no Brasil por intermédio da Constituição Federal de 1988” (Saffer et al, 2020, p. 148). E “com o reconhecimento da saúde como direito universal, foi criado, em 1990, o SUS, financiado por impostos e contribuições sociais, gratuito e integral no acesso e descentralizado na gestão” (Saffer et al, 2020, p. 148).

No entanto, os projetos neoliberais, com o discurso de competitividade e individualismo, confrontam-se com as propostas de equidade e universalidade do SUS. Esse ideal “aponta a saúde não como direito universal, mas como um serviço que pode ser comprado no âmbito do privado. A saúde torna-se mercadoria, vista como fonte de lucro e acumulação de capital” (Marta Alves Santos, 2013, p. 238).

O neoliberalismo se materializa como restrições de gastos públicos, privatizações, e reformas fiscais, prevalecendo os interesses do capital (Saffer, 2020). Assim, com esses

valores, além de desmontarem o SUS e suas bases democráticas, participativas e universalistas, passam por cima das conquistas adquiridas pela luta do movimento social.

O avanço de políticas neoliberais fragilizam o sistema público, ampliam desigualdades e intensificam os problemas enfrentados pelos usuários. Esses processos, por sua vez, geram demandas e tensões que se transformam em pautas centrais dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais vinculados à saúde.

Essa realidade apresenta a saúde como território e como luta, diante das conflitivas relações sociais de poder que buscam, através de intencionalidades opostas, construir os espaços e territórios a partir de suas visões de mundo. A dimensão da saúde é disputada entre agentes hegemônicos neoliberais contra agentes populares e sociais.

A questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O pensar e agir em torno das questões que relacionam o desenvolvimento, a sociedade e a natureza vem sendo promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma agência multilateral criada após a Segunda Guerra Mundial. Em 2015, aprovou o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas (figura 1).

Figura 1 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030



Fonte: Organização das Nações Unidas - ONU (2025)

Segundo o documento, a Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal e reconhecendo que a erradicação da pobreza é indispensável para o desenvolvimento sustentável e na concretização dos direitos humanos. É uma parceria internacional entre países para transformar o mundo para melhor.

De acordo com Jorge et al (2022, p. 4):

A Agenda 2030 é um território imaterial disputado por diversas instituições a partir de diferentes intencionalidades, relacionadas tanto à defesa do modelo de desenvolvimento neoliberal quanto à defesa de um modelo de desenvolvimento contra hegemônico. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) conciliam suas pautas reivindicatórias de diferentes instituições, por exemplo: estados, partidos, empresas, movimentos socioterritoriais, organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, igrejas, articulações, entre outras (Jorge et al, 2022, p. 4).

Para a pesquisa sobre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais desenvolvidos na Rede DATALUTA, a participação do maior número de pessoas, representantes de povos e instituições (estado, movimentos sociais, ONGs, associações, sindicatos, igreja etc) contribui para alcançar um futuro melhor e mais sustentável. Isso devido às “relações de conflitualidade e resistência dos movimentos e outras instituições que nos interessam para analisar a produção de espaços, territórios e seus processos geográficos para a diminuição das desigualdades” (Jorge et al, 2022 p. 3).

Diante dessa perspectiva, compreendemos a importância dos estudos que envolvem os ODS correlatos às ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, visto que estes, no decorrer de suas lutas, aplicam e materializam indiretamente os ODS no Brasil. Para os Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos (MSU), é possível observar que “os temas, objetivos e intencionalidades dos MSU estabeleceram uma relação direta e indissociável com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (Souza; Bejarano, 2024, p. 3).

Também, é importante ressaltar que:

[...] alguns desses movimentos superam os limites rígidos da AGENDA 2030 ao proporem temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, críticas ao modelo neoliberal vigente, construção de uma agenda socialista e revolucionária, denúncia do racismo ambiental e construção de identidades atreladas a diferentes territórios e espaços produzidos e ocupados por meio de suas ações (Souza; Bejarano, 2024, p. 4).

Isso contribui na análise crítica dos ODS, já que “tal proposta não questiona o modo de produção capitalista e a sua forma mais feroz: o neoliberalismo e a imposição de sua racionalidade (Souza; Bejarano, 2024, p.4). Assim, os autores refletem como os

movimentos conseguem superar os ODS, com novas proposições que não foram pensadas anteriormente pelos proponentes dessa proposta e suas contradições, visto que não buscam compreender a origem das desigualdades que propõe superar.

Diante disso, os autores ressaltam que:

De antemão pontuamos que as questões que produzem tal relação desequilibrada e desigual não estão no campo da individualização, mas sim, dos aspectos que são estruturais e estruturantes, sobretudo, quando analisados desde a lógica do modo de produção capitalista, logo, pensar de maneira sustentável em um sistema político, econômico e social que tem como objetivo fim a produção incessante de mercadorias e o seu consumo ininterrupto, torna-se uma vultosa contradição (Souza; Bejarano, 2024, p. 4).

Com isso em mente, buscamos dar destaque à atuação da sociedade civil organizada e sua contribuição para um futuro melhor, o que reflete na realização das ideias da Agenda 2030. Entendemos que esses são os principais atores para a sua realização de forma efetiva pois estão em constante contato com a realidade vivida e a superação desses desafios os afetam diretamente.

No que tange o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, procura assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, incluindo reduzir taxas de mortalidade e epidemias, reforçar a prevenção em saúde, saúde sexual e reprodutiva, além de visar cobertura universal de saúde e apoiar pesquisas para a saúde. Com a análise dos dados do DATALUTA a partir deste recorte, teremos maior noção das lutas travadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais por essas e outras pautas vinculadas.

ANÁLISE DE DADOS

As ações coletivas feitas em 2020, 2021, 2022 e 2023 pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos estão inseridas na conjuntura política, econômica e social marcada pela pandemia de Covid-19, pelo governo Bolsonaro (2019-2022), pelas eleições gerais e pelo governo Lula (2023). Isso é levado em consideração pois a leitura e a interpretação das ações coletivas produzidas entre 2020 e 2023 pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos devem ser analisadas a partir da compreensão dessa conjuntura política, econômica e social vivida no Brasil.

O governo Bolsonaro foi marcado por fortes crises sanitárias (pelo descaso perante a emergência sanitária), econômicas e ambientais. Sua política é caracterizada como conservadora, liberal e de direita, sendo fortemente vinculado com setores do

agronegócio, evangélicos e grupos de extrema direita. Além de incentivar ataques às instituições democráticas e apresentar altas na inflação e na taxa de desemprego.

Na pandemia de Covid-19, o Brasil enfrentou uma das maiores taxas de mortalidade do mundo. Crise essa que foi conduzida pelo então presidente com negacionismo científico, atraso na compra de vacinas e conflitos entre governo federal, estaduais e municipais. Resultou na agravação das desigualdades sociais, aumento da pobreza e insegurança alimentar, como também expôs fragilidades do sistema de saúde.

O governo Lula (2023-2026) buscou recompor o ideal democrático (diante aos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023) e recuperar políticas sociais e ambientais. Tem caráter centro-esquerda, atendendo interesses sociais de classes populares e econômicos de classes dominantes.

De acordo com Souza e Bejarano (2024, p. 15-16):

Com o estabelecimento da pandemia da Covid-19 e as medidas de isolamento físico como uma estratégia de contenção do vírus, os movimentos tiveram que construir novas tipologias de ações para alcançar seus objetivos diante de um contexto social e político marcado por ataques, rupturas e o tensionamento das instituições. Observou-se em 2020 um conjunto de tipos de ações que buscaram se adaptar ao contexto de isolamento físico, já que as ruas não podiam ser ocupadas, o espaço privado, as janelas, sacadas e varandas passaram a ser locais de protesto a partir da construção de painéis e lives que reuniram milhões de pessoas simultaneamente. Na mesma medida, as redes sociais ganharam centralidade na disputa de narrativas e de debates promovidos tanto por grupos progressistas e críticos ao governo Bolsonaro, como por grupos da extrema-direita e setores conservadores da sociedade civil (Souza; Bejarano, 2024, p. 15-16).

Diante disso, a tabela 1 e a figura 2 demonstram a relação entre os anos analisados e o total de ações coletivas no espaço urbano, como também, as ações por saúde recortadas pelo ODS 3 - Saúde e Bem-Estar. O ano de 2020 apresenta menos ações devido ao início do cenário pandêmico e a necessidade do isolamento social. Em 2021 há a maior quantidade de ações dentre os anos selecionados, isso se dá pela flexibilização do isolamento social e pelas medidas governamentais sobre a condução política da crise sanitária, que gerou grande descontentamento da população.

Em 2022 e 2023, com o encaminhamento do fim da pandemia, houve menos ações coletivas, principalmente de saúde, visto que a pauta da covid-19 estava sendo superada. No entanto, como o conceito de saúde é amplo, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais continuam tendo reivindicações nesse tema, mas com menor intensidade em comparação com os anos de pandemia.

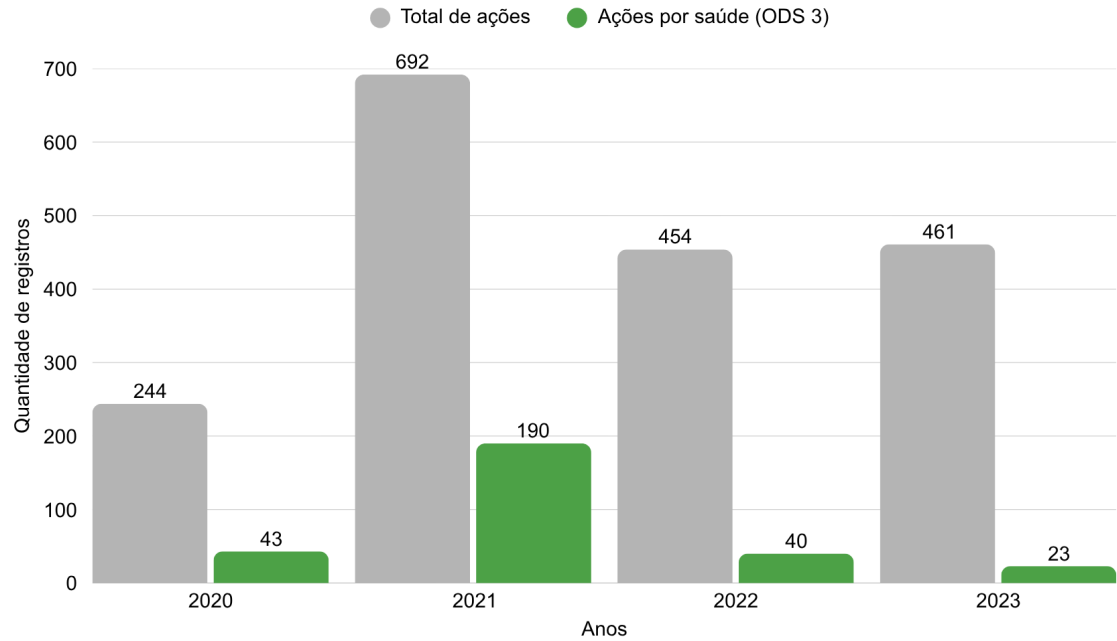
Tabela 1 - Quantidade de ações registradas no espaço urbano brasileiro entre 2020 e 2023

Anos	Total de ações	Total de ações por saúde (ODS 3)	Porcentagem de ações por saúde (ODS 3)
2020	244	43	17,62%
2021	692	190	27,46%
2022	454	40	8,81%
2023	461	23	4,99%
Total	1851	296	15,99%

Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Figura 2 - Gráfico do total de ações e ações por saúde em 2020, 2021, 2022 e 2023 nas cidades do Brasil

Total de ações e ações por saúde (ODS 3)

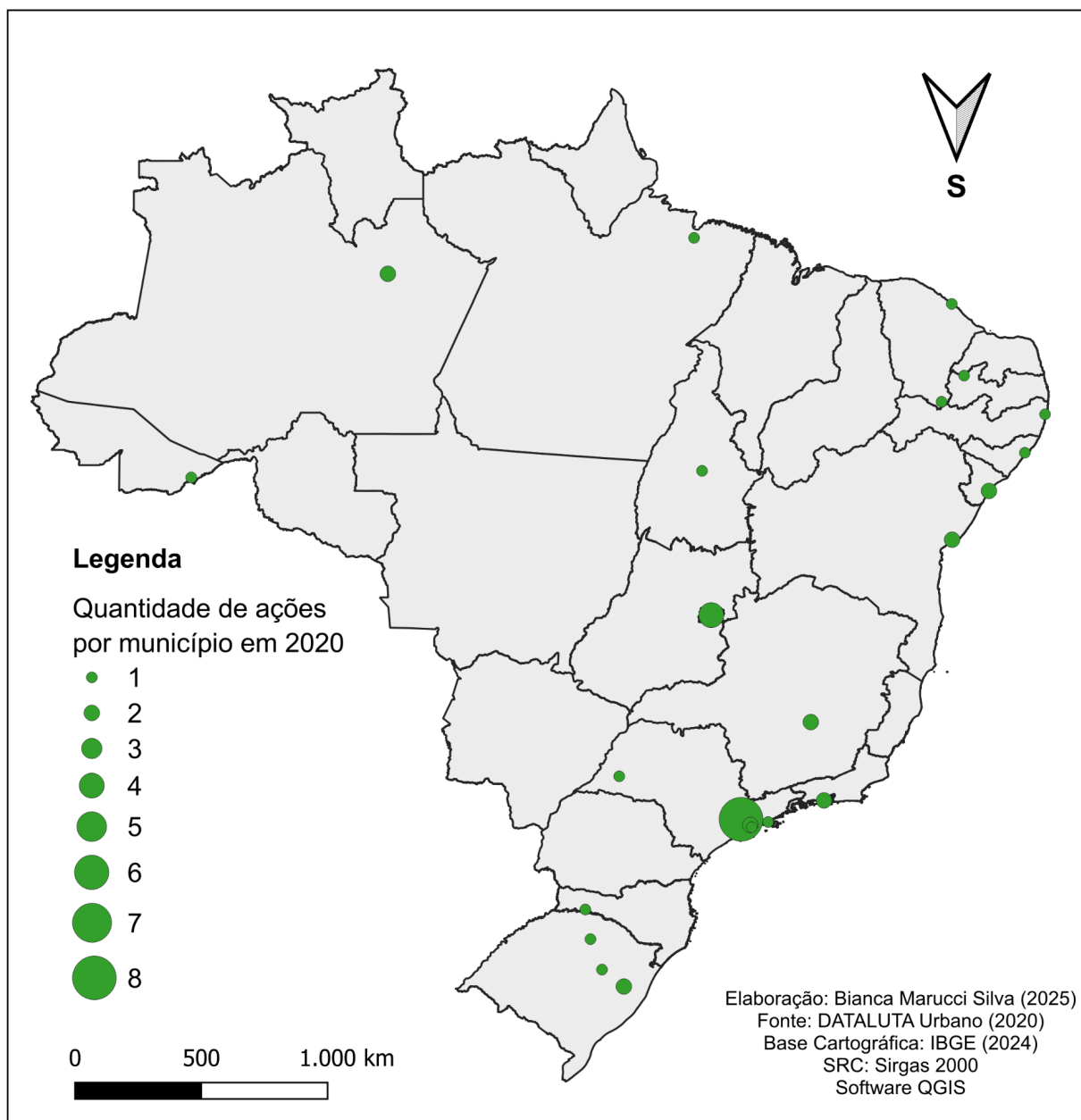


Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

2020: O ano da pandemia de Covid-19

Neste período, se destacam o estado de São Paulo, o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal com a maior concentração de ações. Já as capitais de São Paulo e Brasília apresentaram maior quantidade de ações do que as demais cidades brasileiras. Dentre o recorte de tempo estudado, este ano foi o segundo em maior número de ações por saúde, com 43 registros.

Mapa 1 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano em 2020 no Brasil
 Fonte: DATALUTA Urbano (2020)



Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

De acordo com a tabela 2 e 3, a ação matriz em destaque em 2020 são as manifestações. Enquanto as derivadas realçadas são as passeatas, ações de apoio ao enfrentamento às crises sanitárias, paralisação ou greve, ações virtuais, entre outras. As ações se conectam com o contexto vivido no Brasil durante o momento de início da pandemia de Covid-19. As ações tinham relação com hortas comunitárias, contra a volta às aulas presenciais e dificuldades do ensino remoto, contra o governo Bolsonaro, preconceitos, além de doação e distribuição de alimentos, kits de higiene básica, e a favor do lockdown e da preservação da vida diante a nova crise sanitária.

Tabela 2 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2020

Ações Matrizes em 2020	Quantidade de registros
Manifestação	22
Ações Propositivas	7
Ações de Solidariedade	6
Resistências	5
Eventos	3
Ocupação	2

Fonte: DATALUTA Urbano (2020)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 3 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2020

Ações Derivadas em 2020	Quantidade de registros
Passeata	7
Ações de apoio ao enfrentamento às crises sanitárias	6
Ações de paralisação ou greve	5
Ações realizadas exclusivamente no espaço virtual	5
Intervenção urbana	5
Ações de promoção à agricultura no espaço urbano	4
Nota de repúdio ou denúncia	4
Ações de prevenção à pandemia	2
Ocupação de territórios urbanos	2
Assembleia	1
Ações de planejamento	1
Ações realizadas em espaços híbridos: concreto e virtual	1
Celebração	1
Reunião ou encontro	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

As pautas e objetivos dessas ações (tabela 4) voltavam-se ao combate da covid-19, da fome e das demais desigualdades, como também, por trabalho digno, visto que a calamidade pública impactou diversas áreas de trabalho. Além do mais, a conscientização e promoção de discussões diante ao aumento desenfreado de fake news e de informações não científicas sobre o novo vírus.

Tabela 4 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil em 2020

Pautas e objetivos das ações em 2020	Quantidade de registros
Reivindicação no combate a Covid-19	27
Combate à fome e outras desigualdades	18
Luta pelo trabalho digno	11

Conscientização e promoção de discussões	10
Lutar contra a violação dos Direitos Humanos	8
Reivindicação de planejamento urbano	6
Promoção da conscientização socioambiental sustentável para melhor aproveitamento do espaço urbano	5
Defesa da Democracia	4
Luta por educação de qualidade	4
Conquista de moradia	3
Luta contra o racismo	3
Luta contra ordem de despejo e reintegração de posse	2
Luta contra privatização e fechamento de órgão público	2
Luta pela conclusão de obras públicas, manutenção e cuidado do espaço urbano	2
Luta pela reivindicação e titulação de espaços urbanos ocupados	2
Promoção da qualidade de vida das mulheres	2
Luta Antifascista	1
Luta contra LGBTfobia	1
Preservação Ambiental	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Os tipos de movimentos que se ressaltaram durante este período foram as frentes populares, movimento de moradores, por moradia, de trabalhadores e de estudantes (tabela 5). Além disso, encontra-se uma grande variedade de tipologias de movimentos que lutam por diversos interesses, como direito das mulheres, alimentação, juventudes, camponeses, movimentos negros e queer. Sobre as instituições, sobressai os sindicatos como os mais ativos (tabela 6).

Tabela 5 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2020

Tipologia de Movimentos em 2020	Quantidade de registros
Frentes Populares	9
Movimento de Moradores Urbanos	8
Movimento Popular de Luta pela Moradia	5
Movimento de Trabalhadores Urbanos	5
Movimento Estudantil	5
Movimento de Mulheres	4
Movimento Alimentar	3
Movimento de Juventude	3
Movimento Camponês	2
Movimento LGBTQIAPN+	2
Movimento Negro	2

Movimento de Atingidos	2
Movimentos Culturais	2
Movimento Ambientalista	1
Movimento Quilombola	1
Movimento de Instituição	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 6 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2020

Tipologia de Instituições em 2020	Quantidade de registros
Sindicato	18
Associação	4
Estado	4
Partido	3
Cooperativa	1
Igreja/Movimento Religioso	1
ONG	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Apontamos a Frente Brasil Popular (FBP), Frente Povo Sem Medo (FPSM) e Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) como os mais ativos (tabela 7). No entanto, nota-se a diversidade de outros movimentos.

Tabela 7 - Nome dos movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2020

Nome dos Movimentos em 2020	Quantidade de registros
Frente Brasil Popular (FBP)	4
Frente Povo Sem Medo (FPSM)	3
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	3
Grito dos Excluídos	2
Marcha Mundial das Mulheres (MMM)	2
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	2
Coletivo Vozes	1
Enegrecer	1
Frente Nacional das Mulheres do Hip Hop (FNMH2)	1
Frente Quilombola do Rio Grande do Sul	1
Frente de Luta Popular	1
Grupo G10 das Favelas	1
Grupo SOMOS LGBTI+	1
Levante Popular da Juventude (LPJ)	1

Liga Popular	1
Movimento Nacional da População de Rua de São Paulo (MNPR)	1
Movimento Urbano dos Sem Teto	1
Movimento Vai ter Gorda	1
Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)	1
Movimento de Hip Hop Nós por Nós	1
Movimento de Trabalhadores da Saúde de Belém	1
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	1
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	1
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	1
Mães do Curió	1
Ocupação Carlos Marighella	1
Quizomba	1
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)	1
União Nacional LGBT de Chapecó-SC (UNA LGBT)	1
União Nacional dos Estudantes (UNE)	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Os sindicatos foram representados principalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), trabalhadores dos correios, serviços de saúde e públicos, da educação e comunidades religiosas (tabela 8). Como também, alguns partidos políticos e entidades estatais.

Tabela 8 - Nome das instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2020

Nome das Instituições em 2020	Quantidade de registros
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	5
Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios, Telégrafos e Similares (SINTECT)	4
Associação dos Moradores da Betânia	2
Associação dos Moradores da Vila Esperança e Ayrton Senna	2
Central Sindical e Popular (CONLUTAS)	2
Força Sindical	2
Anticorpos Agroecológicos	1
Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	1
Associação dos Pós-Graduandos (ANPG)	1
Capelão da Saúde	1
Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	1
Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)	1

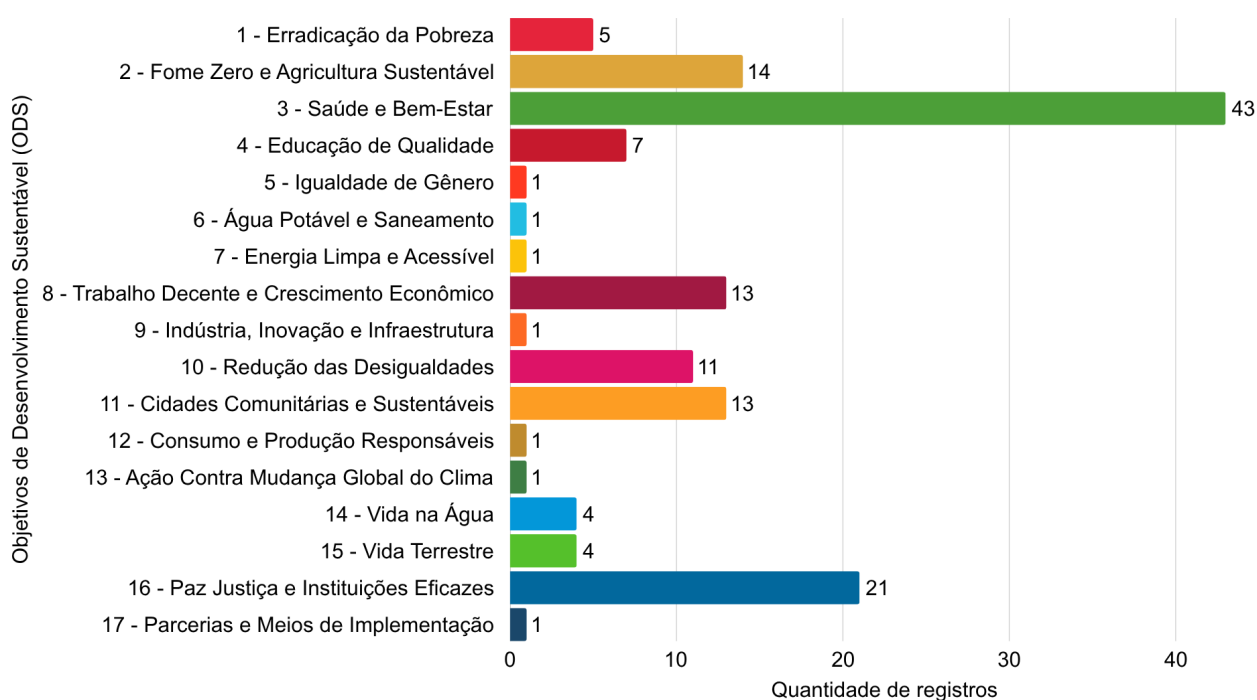
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará)	1
Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)	1
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)	1
Conselho de Igualdade Social do Tocantins	1
Cooperativa Ecovale	1
Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT)	1
Federação das Organizações de Base do Ceará (FOB CEARÁ)	1
Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (FEQUIMFAR)	1
Fórum Negro	1
Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará (FPSP CE)	1
Núcleo de Apoio Jurídico ao Cidadão (NAJUC)	1
Partido dos Trabalhadores (PT)	1
Químicos da Força	1
Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região, Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (Sindipetro-MG)	1
Sindicato dos Comerciantes de Maceió	1
Sindicato dos Condutores de São Sebastião - SP	1
Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (SINDAPORT)	1
Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEESP)	1
Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região	1
Sindicato dos Servidores (SINDSERV)	1
Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas (Sintietfal)	1
Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos de Belo Horizonte (SINDIBEL)	1
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Santo (STTR)	1
Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD)	1
Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal e Região do Entorno (SINTECT-DF)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul (SINTECT-RS)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Correios, Telégrafos e Similares de Campinas e Região (SINTECT-CAS)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário e Motoristas Profissionais (SINTTRO)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (SINDAE-BA)	1
Sindicato dos Trabalhadores nas Fundações Públicas de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (SITSESP)	1
Sindicato dos Técnicos de Enfermagem (STE)	1
Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG)	1

Unidade Popular pelo Socialismo (UP)	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1
União Geral de Trabalhadores (UGT)	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Os ODS em evidência, além do ODS 3, são o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável. Tendo em vista o conceito amplo de saúde, os ODS vinculadas são coerentes, principalmente o ODS 16, já que, como visto anteriormente, questões como paz e justiça são fundamentais para a qualidade de vida da população. Sobre o ODS 2, diante do cenário de crise sanitária e da atuação política governamental, a fome foi um fator alarmante no Brasil, inclusive voltando a fazer parte do Mapa da Fome da ONU entre 2019 e 2021.

Figura 3 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro em 2020



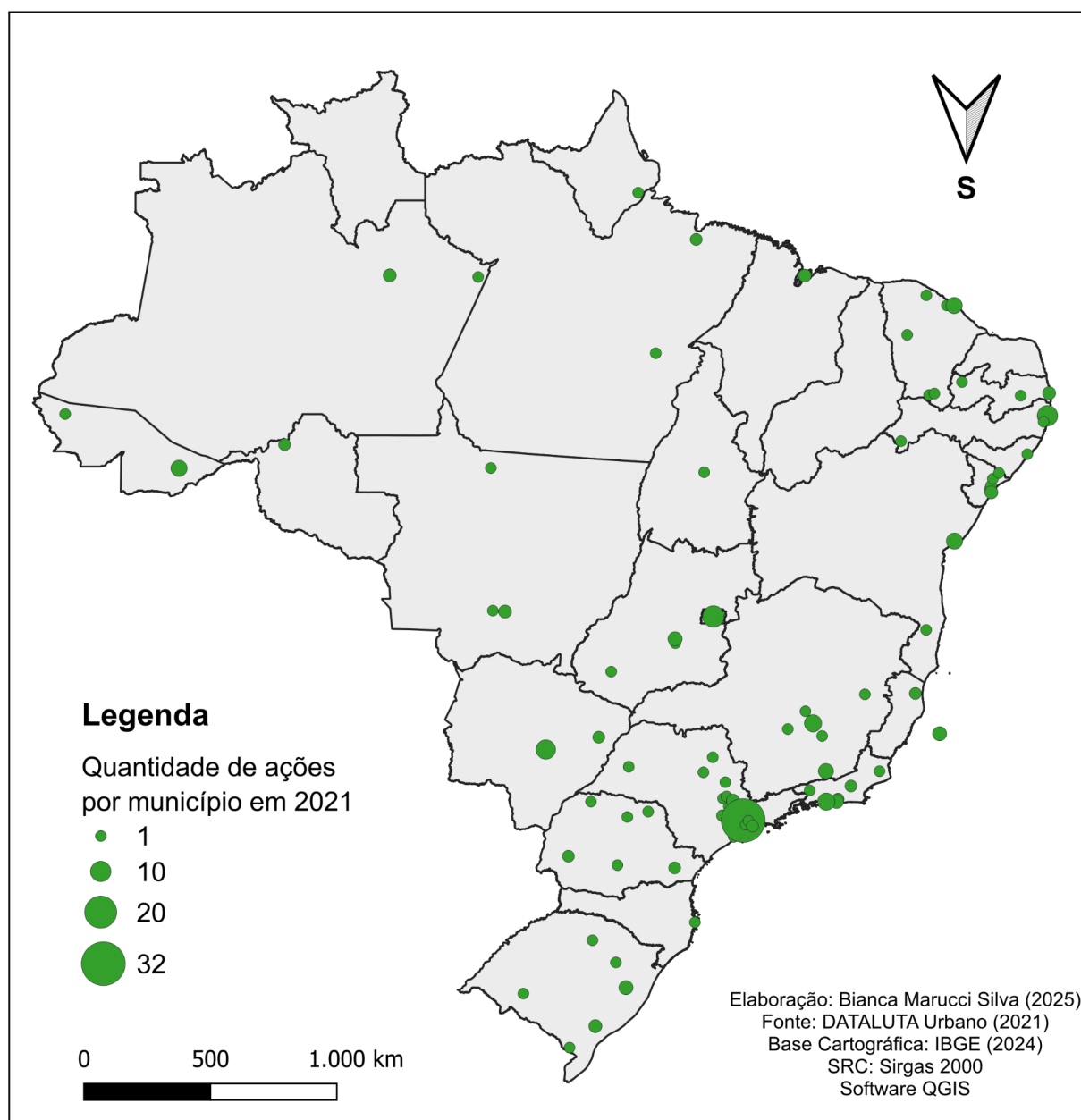
Fonte: DATALUTA Urbano (2020)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

2021: A flexibilização do isolamento social e retomada às ruas

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco se destacam como os estados com maior número de ações coletivas. Já as cidades de São Paulo, Brasília, Recife e Campo Grande são as principais cidades onde ocorrem reivindicações de

movimentos socioespaciais e socioterritoriais pela saúde. O ano de 2021 foi o primeiro em relação ao maior número de ações por saúde, tendo 190 registros.

Mapa 2 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano em 2021 no Brasil



Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
 Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

As ações matrizes em destaque foram as manifestações, resistências e ações de solidariedade (tabela 9). Dentre essas, as ações derivadas que se sobressaem são as passeatas, paralisação ou greve, carreatas, ações de apoio ao enfrentamento da crise sanitária, intervenção urbana, entre outros (tabela 10).

A agenda das ações era, principalmente, sobre o “Fora Bolsonaro” e o pedido de seu impeachment, doação de alimentos, produtos de higiene e máscaras para o combate

à fome e à crise sanitária, demandas por direitos, saúde menstrual, auxílio emergencial, pelas vacinas e imunizações e homenagens às vítimas da pandemia. Também, contra a gordofobia, transfobia, lesbofobia, cortes na educação superior pública, ameaças ao SUS e despejo indevido de esgoto.

Tabela 9 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2021

Ações Matrizes em 2021	Quantidade de registros
Manifestação	131
Resistências	32
Ações de Solidariedade	26
Eventos	11
Ações Propositivas	8
Ocupação	7
Ações Sofridas	3

Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 10 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2021

Ações Derivadas em 2021	Quantidade de registros
Passeata	55
Ações de paralisação ou greve	31
Carreata	27
Ações de apoio ao enfrentamento às crises sanitárias	24
Intervenção urbana	21
Reunião ou encontro	11
Nota de repúdio ou denúncia	8
Ações realizadas em espaços híbridos: concreto e virtual	7
Bloqueios	7
Ocupação de territórios urbanos	7
Ações de prevenção à pandemia	5
Escracho	4
Ações de apoio às mulheres	2
Ações de despejo e reintegração de posse	2
Ações de promoção à agricultura no espaço urbano	2
Ações de mobilidade e resistência	1
Ações de planejamento	1
Ações realizadas exclusivamente no espaço virtual	1
Panelaço	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

As pautas e objetivos das ações, assim como no ano anterior, permaneceram no combate da covid-19, da fome e outras desigualdades, luta por trabalho digno, conscientização e promoção de discussões, defesa da democracia e direitos humanos, de acordo com a tabela 11. Também, envolvem outras variedades de pautas, como educação, mulheres, negros e moradia.

Tabela 11 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil em 2021

Pautas e objetivos das ações em 2021	Quantidade de registros
Reivindicação no combate a Covid-19	121
Combate à fome e outras desigualdades	59
Luta pelo trabalho digno	49
Conscientização e promoção de discussões	37
Defesa da Democracia	33
Lutar contra a violação dos Direitos Humanos	27
Luta por educação de qualidade	19
Luta Antifascista	14
Promoção da qualidade de vida das mulheres	8
Reivindicação de planejamento urbano	6
Luta contra o racismo	5
Luta contra ordem de despejo e reintegração de posse	5
Promoção da conscientização socioambiental sustentável para melhor aproveitamento do espaço urbano	5
Conquista de moradia	4
Instituições governamentais/privadas contra os direitos humanos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais	4
Luta contra privatização e fechamento de órgão público	4
Luta pela conclusão de obras públicas, manutenção e cuidado do espaço urbano	4
Luta contra o feminicídio	3
Luta Contra Abuso Sexual ou Estupro	2
Luta contra LGBTfobia	2
Construção de mercados alternativos	1
Luta contra alterações no serviço de transporte público	1
Preservação Ambiental	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Sobre a tipologia de movimentos, nota-se a atuação de trabalhadores urbanos, de juventudes, frentes populares, moradores urbanos, de mulheres e de estudantes (tabela 12). Como também, há presença de movimento de camponeses, negros, alimentar, indígenas e queer.

Tabela 12 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2021

Tipologia de Movimentos em 2021	Quantidade de registros
Movimento de Trabalhadores Urbanos	38
Movimento de Juventude	30
Frentes Populares	27
Movimento de Moradores Urbanos	27
Movimento de Mulheres	24
Movimento Estudantil	24
Movimento Popular de Luta pela Moradia	21
Movimento Camponês	17
Movimento de Instituição	13
Movimento Negro	12
Movimento Alimentar	10
Movimento Indígena Urbano	4
Movimento LGBTQIAPN+	4
Movimento de Atingidos	3
Movimento de Luta pelo Transporte Público	2
Movimentos Culturais	2
Escolas de Samba	1
Movimento Ambientalista	1
Movimento de Torcidas Desportivas	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Nas instituições (tabela 13), evidenciam-se os sindicatos e partidos, mas também entidades do Estado, Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações e coletivos religiosos.

Tabela 13 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2021

Tipologia de Instituição em 2021	Quantidade de registros
Sindicato	89
Partido	33
Estado	17
ONG	13
Associação	10
Igreja/Movimento Religioso	7
Empresa	3
Fundação	2
Cooperativa	1
Tipo de Instituição	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Os nomes de movimentos mais citados (tabela 14) são: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), União Nacional dos Estudantes (UNE), Levante Popular da Juventude (LPJ), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Frente Brasil Popular (FBP) e Frente Povo Sem Medo (FPSM). Destaca-se também movimentos feministas como Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Brasileira de Mulheres (UBM) e Movimento de Mulheres Olga Benário, movimentos revolucionários como União da Juventude Socialista (UJS), Movimento RUA (Juventude Anticapitalista), União da Juventude Rebelião (UJR) e União da Juventude Comunista (UJC). Ademais, nota-se grande variedade de movimentos de diferentes segmentos que voltaram suas lutas em 2021 pela saúde.

Tabela 14 - Nome dos movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2021

Nome dos Movimentos em 2021	Quantidade de registros
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	29
União Nacional dos Estudantes (UNE)	17
Levante Popular da Juventude (LPJ)	16
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	16
Frente Brasil Popular (FBP)	14
Frente Povo Sem Medo	12
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)	9
União da Juventude Socialista (UJS)	8
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	5
Coalizão Negra por Direitos	4
Movimento Negro Unificado (MNU)	4
Frente Fora Bolsonaro	3
Grito dos Excluídos	3
Marcha Mundial das Mulheres (MMM)	3
Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)	3
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	3
Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)	3
União Brasileira de Mulheres (UBM)	3
Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA)	2
Leonina Leonor é Nossa	2
Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR)	2
Movimento RUA (Juventude Anticapitalista)	2
Movimento Vai ter Gorda	2
Movimento por uma Universidade Popular (MUP)	2
União Estadual dos Estudantes (UEE)	2
União da Juventude Rebelião (UJR)	2

Movimento Unidos Pela Vacina	2
Aliança Nacional LGBTI+	1
Articulação Amazônica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro de Matriz Africana (ARATRAMA)	1
Articulação Brasileira de Jovens LGBT (ART JOVEM LGBT)	1
Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular (ANEPS)	1
Articulação Parintins Cidadã	1
Até Quando?	1
Ação de Distribuição de Alimentos (ADA)	1
Central Única das Favelas (CUFA)	1
Centro das Mulheres do Cabo	1
Centros Acadêmicos da UNIR	1
Coletivo Feminino Flores de Dandara	1
Coletivo Feminista de Mulheres Ciclistas	1
Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJMT)	1
Coletivo Madalenas Tuíra	1
Coletivo Mara Helena dos Reis	1
Coletivo Mulheres da Educação	1
Coletivo Negro Raiz da Liberdade	1
Coletivo Nós	1
Coletivo Olhando Pra Frente	1
Coletivo Paratodos	1
Coletivo ParáCiclo	1
Coletivo Resistência Jovem	1
Coletivo Rio Mamuru	1
Coletivo Sabiá	1
Coletivo de Gênero do MST	1
Confederação Nacional dos Trabalhadores	1
Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)	1
Coordenação da Casa da Resistência em Curitiba	1
Cozinha Solidária	1
Círculo Palmarino	1
Diretório Central dos Estudantes (DCE)	1
Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFES)	1
Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Rondônia (DCE/UNIR)	1
Espaço Feminista Uri Hi	1
Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia (ExNEPe)	1
Federação Nacional Dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet)	1
Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Povos Indígenas (FAMDDI)	1
Frente Cearense	1
Frente Nacional Antirracista (FNA)	1
Frente em Defesa do Serviço Público, das Conquistas Sociais e Trabalhistas	1
Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe)	1

Garota Plus Bahia	1
Gaviões da Fiel	1
Horta Urbana de Três Lagoas	1
Iniciativa Popular Amanhecer (IPA)	1
Juventude Socialista do PDT (JSPDT)	1
Kizomba	1
Lactantes pela Vacina	1
Levante da Juventude Amazonense	1
Liga Independente Cultural das Escolas de Samba de Santos	1
Marcha Nacional das Mulheres Indígenas	1
Moradores de Leme	1
Movimenta Caxias	1
Afronte	1
Movimento Amazonas pela Democracia	1
Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação (MOCLATE)	1
Movimento Divabética	1
Movimento Luta Popular	1
Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)	1
Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)	1
Movimento Nacional dos Catadores e das Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR)	1
Movimento Negro Raízes	1
Movimento Paratodos	1
Movimento Passe Livre (MPL)	1
Movimento Policiais pela Democracia	1
Movimento Trans Baiano	1
Movimento Tucumã	1
Movimento Unido dos Camelôs	1
Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Amazonas (MUSP)	1
Movimento das Mulheres Negras da Floresta - Dandara	1
Movimento de Mulheres Olga Benário	1
Movimento de Mulheres Solidárias do Amazonas	1
Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM)	1
Movimento dos Padres em Novas Dimensões	1
Movimento dos Trabalhadores Cristãos do Amazonas	1
Movimento pelo Clima	1
Mães pela Diversidade	1
Povo na Rua	1
Rango na Favela	1
Rede Nacional de Mulheres no Combate à Violência	1
Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares	1
Rede pela Transição Agroecológica	1
Rocinha Resiste	1
Unidade Vermelha - Liga da Juventude Revolucionária (UV-LJR)	1

União Nacional dos Estudantes (UNE)	1
União da Juventude Comunista (UJC)	1
União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora (UNEafro)	1
União dos Estudantes de Pernambuco	1
União dos Fóruns de Luta de Niterói e São Gonçalo	1
Viola de Bolso	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tem-se o Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) como mais atuantes no Brasil em 2021 lutando por pautas de saúde (tabela 15). Além de sindicatos de trabalhadores da educação, rodoviários, da saúde e entidades cristãs.

Tabela 15 - Nome das instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2021

Nome das Instituições em 2021	Quantidade de registros
Partido dos Trabalhadores (PT)	21
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	19
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	14
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	10
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)	5
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (Sinteac)	5
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	4
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana (SIEMACO)	4
Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	3
Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Ceará (SINTRO)	3
Sindicato dos Trabalhadores na Área da Saúde do Estado de Sergipe (SINTASA)	3
Unidade Popular (UP)	3
Juntos!	3
Associação de Moradores da Brasilândia/Cachoeirinha	2
Associação dos Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC)	2
Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)	2
Central Sindical e Popular (CONLUTAS)	2
Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS)	2
Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI)	2
Comunidades Eclesiais de Base (CEB)	2
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	2
Fórum Sindical	2
Frente Sindical e Popular	2
Institutos Federais de Ensino do Mato Grosso do Sul	2

Juventude do PT	2
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	2
Partido da Causa Operária (PCO)	2
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	2
Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (SINDJOR)	2
Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF)	2
Sindicato dos Professores e Pedagogos de Manaus (ASPROM)	2
Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (Sindsep)	2
Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud)	2
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior	2
Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica	2
Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)	2
Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN)	1
Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP)	1
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)	1
Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD)	1
Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão (ADDC)	1
Associação Sociocultural de Desenvolvimento dos Povos Tradicionais de Matriz Africana no Amazonas	1
Associação de Mães Atípicas (AMA)	1
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFMS)	1
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPEL)	1
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (ADUFMS)	1
Associação dos Presidentes de Comunidades do Município de Parintins/AM	1
Associação Nacional de História (ANPUH)	1
Câmara Municipal de Bento Gonçalves	1
Cáritas	1
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	1
Centro Burnier Fé e Justiça (CBFJ)	1
Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (CDHHT)	1
Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia (CPDD-LGBT)	1
Centro Pastoral Para Migrantes (CPM)	1
Coletivo de Mulheres do PSOL/Juntas!	1
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos de Parintins e do Amazonas	1
Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)	1
Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMSBH)	1
Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale)	1
Coordenadoria de Defesa de Políticas para a Pessoa com Deficiência (CODEP)	1
Corpo de Bombeiros	1
Defensoria Pública do Mato Grosso	1
Defesa Civil	1
Escritório de Direitos Humanos da Prelazia de São Félix do Araguaia	1
Executiva Rondoniense de Estudantes de Pedagogia (ExROPe)	1

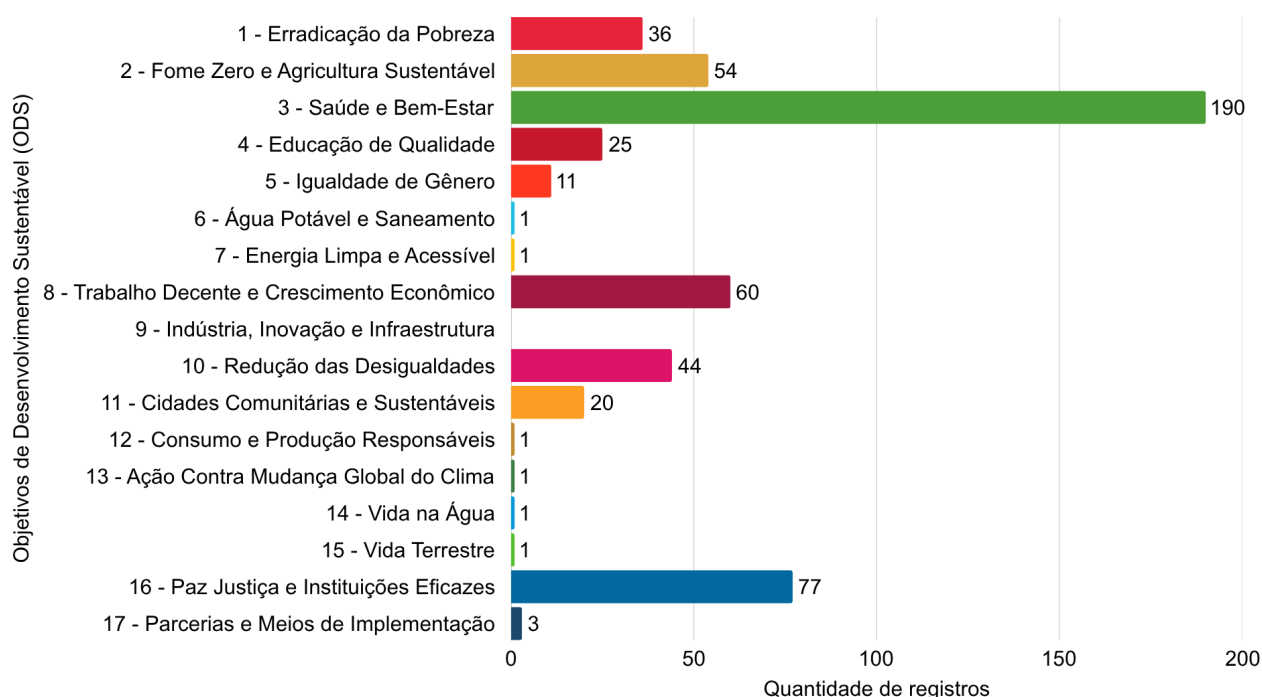
Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD)	1
Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (FETAM)	1
Força Sindical	1
Fórum Amazonense de Saúde Mental	1
Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres (FLEC)	1
Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD)	1
Fórum Permanente das Mulheres de Manaus	1
Fórum Sindical e Popular	1
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)	1
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	1
Governo de Minas Gerais	1
Governo de São Paulo	1
Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV)	1
Grupo de Apoio às Mães dos Autistas da Baixada Santista (GAMA)	1
Grupo Pesquisador em educação ambiental, comunicação e arte (GPEA-UFMT)	1
Igreja Batista do Pinheiro e da Grotta da Alegria	1
Instituto Caracol (IC)	1
Instituto Centro de Vida (ICV)	1
Instituto Cultural Mawu Lissá	1
Instituto de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental do Mato Grosso do Sul (IDESEAMS)	1
Instituto de Inclusão e Cidadania de Pernambuco	1
Instituto Humana Raça Fêmeina (INHURAFE)	1
Ministério Público do Trabalho do Estado do Ceará (MPT-CE)	1
Operação Amazônia Nativa (OPAN)	1
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	1
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Pastoral Carcerária (PC)	1
Pastoral do Migrante	1
Polícia Civil	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	1
Ponto de Cultura Tambor de Mina: História, Memória e Tradição	1
Prefeitura de Fortaleza	1
Prefeitura de São Bernardo	1
Prefeitura de Várzea Grande	1
Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)	1
Secretaria de Assistência Social	1
Secretaria de Educação	1
Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe (SES)	1
Secretaria de Vigilância Sanitária	1
Secretaria Municipal de Saúde	1
Segundo Batalhão de Polícia Militar	1
Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (SINDIÔNIBUS)	1
Sindicato de Nutricionistas e Técnicos em Nutrição e Dietética do Estado de Sergipe	1

(SINDINUTRISE)	
Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Parintins	1
Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe (SINDASSE)	1
Sindicato dos Bancários da Bahia (SEEB)	1
Sindicato dos Bancários de Campo Grande e Região (SEEB)	1
Sindicato dos Bancários de Nova Friburgo (SEEB)	1
Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO)	1
Sindicato dos Docentes da UFMS (ADUFMS)	1
Sindicato dos Docentes da Unifesspa (SINDUNIFEPPA)	1
Sindicato dos Empregados no Comércio de Três Lagoas (SECTL)	1
Sindicato dos Enfermeiros do Acre	1
Sindicato dos Enfermeiros no Estado de Pernambuco	1
Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe (SINDIFARMA)	1
Sindicato dos Funcionários de Saúde (SINDSAÚDE)	1
Sindicato dos Médicos do Acre (Sindmed)	1
Sindicato dos Metalúrgicos de Jundiá, Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista	1
Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo	1
Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo (SindMotoristas)	1
Sindicato dos Municípios de Pelotas (SIMP)	1
Sindicato dos Professores de Nova Friburgo	1
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial Estado de São Paulo (APEOESP)	1
Sindicato dos Psicólogos do Estado de Sergipe (SINPSI)	1
Sindicato dos Rodoviários de Niterói a Arraial do Cabo (SINTRONAC)	1
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em MS (SINDJUFE-MS)	1
Sindicato dos Servidores Públicos de Nossa Senhora da Glória (SINDISERVE)	1
Sindicato dos Sociólogos do Amazonas	1
Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz	1
Sindicato dos Trabalhadores da Fundac (Sintac)	1
Sindicato dos Trabalhadores da UFES (SINTUFES)	1
Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro	1
Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás (Sindsaúde-GO)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (Sintese)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública (Sind-Rede BH)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFMS (SISTA-MS)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Sintufeju)	1
Sindicato dos Trabalhadores Em Educação do Estado da Bahia (APLB)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (Sintep)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe (Sintese)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Fundação UFMS e IFMS (Sista-MS)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte do Distrito Federal (Sitrater)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Acre (Sintesac)	1

Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano de Campo Grande (STTCU)	1
Sindicato dos Trabalhadores Fisioterapeutas de Aracaju (SINTRAFIA)	1
Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (SINDSEP)	1
Sindicato dos Trabalhadores nas Fundações Públicas de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Privação de Liberdade do Estado de São Paulo (SITSESP)	1
Sindicato dos Trabalhadores no Ensino o Público de Mato Grosso (SINTEP)	1
Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais (SINTRAC)	1
Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE)	1
Sindicato Nacional dos Aposentados	1
Sindicato Profissional dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem de Pernambuco (SATENPE)	1
Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG)	1
Sociedade Brasileira de Bioética (SBB)	1
Sociedade Fé e Vida	1
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	1
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1
Vigilância Epidemiológica	1
Balaiada Moto Club	1
Biblioteca Comunitária do Araturi	1
Coletivo de Mulheres do Sintrajud	1
Juventude Socialista do PDT (JSPDT)	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Figura 4 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro em 2021



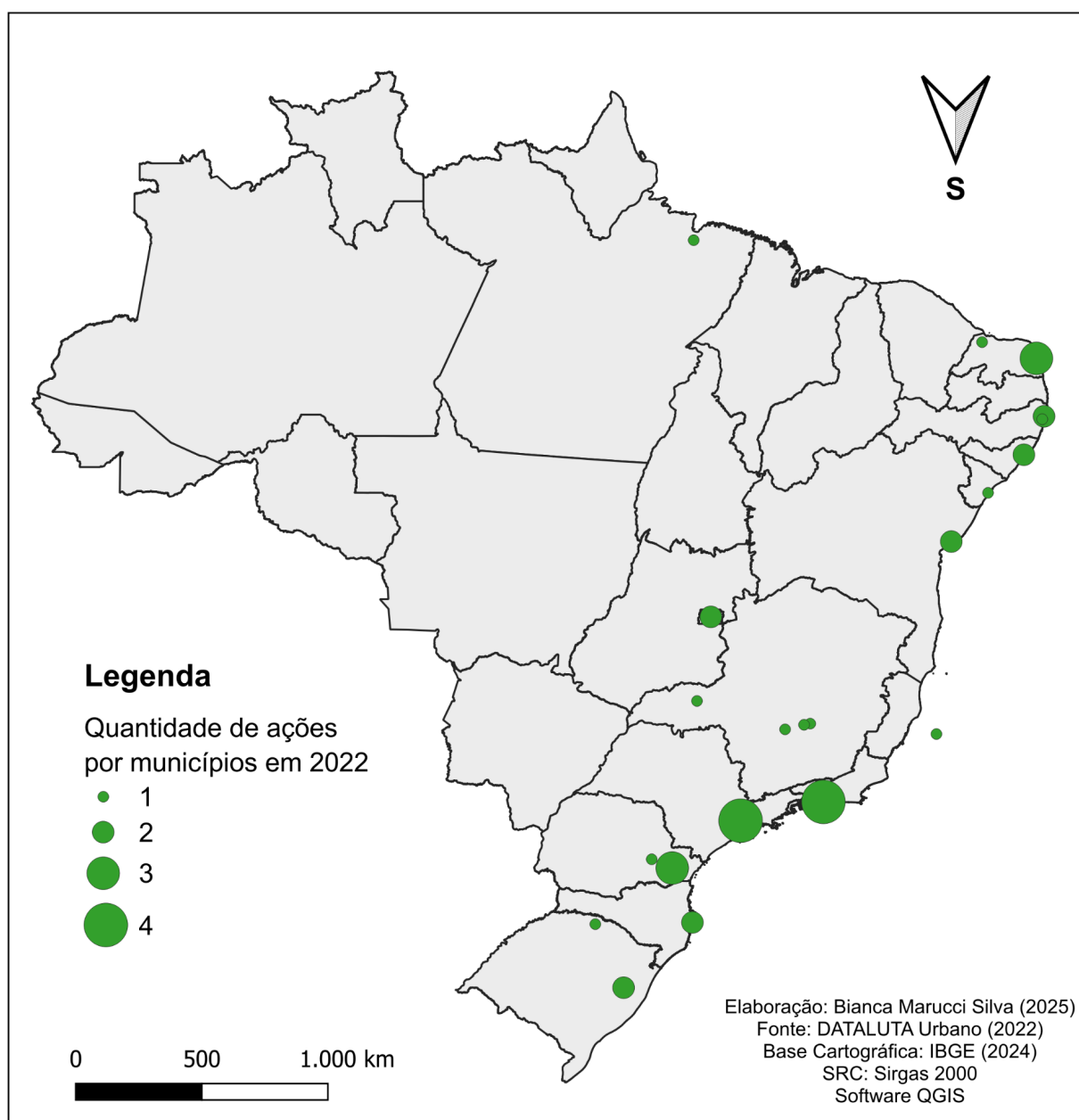
Fonte: DATALUTA Urbano (2021)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Além da ODS 3, realçaram os ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 10 - Redução das Desigualdades e ODS 1 - Erradicação da Pobreza. Tendo em vista a flexibilização do isolamento social, ressalta-se às questões trabalhistas nas reivindicações populares.

2022: Polarização política para as eleições presidenciais

Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo foram os estados brasileiros com maiores quantidades de ações coletivas. Já as cidades Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Natal se ressaltaram quanto a atuação dos movimentos.

Mapa 3 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano em 2022 no Brasil



Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Neste período, entre os estudados, foi o terceiro em número de ações pela saúde no Brasil, com 40 registros. As ações matrizes em destaque foram ações comunicativas, deslocamentos coletivos e eventos (tabela 16). Enquanto as derivadas foram manifesto, passeata, greve e ocupação de espaços públicos (tabela 17). As reivindicações eram contra ordens de despejo, gordofobia, governo Bolsonaro, e a favor de demandas das periferias e favelas, vida das mulheres, defesa do SUS, feiras agroecológicas, moradia digna, transporte público, pagamento de salários, cozinhas solidárias, água, defesa da democracia e saúde de LGBTQIAPN+ e no sistema prisional.

Tabela 16 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2022

Ações Matrizes em 2022	Quantidade de registros
Comunicativa	10
Deslocamentos Coletivos	9
Eventos	8
Arrecadação de Recursos ou Execução de Serviços	4
Interrupção	4
Ocupação	4
Encontros de Mediação	3

Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 17 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2022

Ações Derivadas em 2022	Quantidade de registros
Manifesto	9
Passeata	7
Greve	3
Ocupação de Espaço Público	3
Assembleia	2
Doação	2
Fórum	2
Mutirão	2
Reunião de Articulação	2
Celebração	1
Conferência	1
Escracho	1
Feira	1
Festival	1
Marcha	1

Ocupação de Territórios Urbanos	1
Paralisação	1
Pedalada	1
Reunião de Reivindicação	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

As pautas e objetivos principais, de acordo com a tabela 18, foram a conscientização e promoção de discussões, fome e desigualdade, saúde, educação e moradia. Em 2022 decretou-se o fim do estado de Emergência em Saúde, assim, houve a diminuição de pautas sobre a covid-19, mas mantiveram-se outras relacionadas à saúde, principalmente envolvendo questões sociais e políticas, devido a polarização política (esquerda e direita) e as eleições presidenciais (Lula e Bolsonaro).

Tabela 18 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil em 2022

Pautas e objetivos das ações em 2022	Quantidade de registros
Conscientização e Promoção de Discussões	16
Fome e Desigualdade	11
Saúde	10
Educação	9
Luta Pela Moradia	9
Direitos Humanos	8
Trabalho Digno	8
Questões de Gênero	7
Antirracismo	5
Cultura	5
Democracia	5
LGBTQIAPN+	5
Direito ao Território	4
Feminicídio	4
Planejamento Urbano	3
Transporte Público e Mobilidade	3
Antifascismo	2
Conscientização Socioambiental	2
Desterritorialização	2
Violações Sexuais	2
Golpismo	1
Intolerância Religiosa	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

A tipologia de movimentos mais atuantes nesse ano foram os movimentos de mulheres, de camponeses, estudantil, por moradia e dos trabalhadores urbanos (tabela 19). Continua-se notando a grande variedade de tipos de movimentos, como nos anos anteriores.

Tabela 19 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2022

Tipologia de Movimentos em 2022	Quantidade de registros
Movimento de Mulheres	10
Movimento Camponês	8
Movimento Estudantil	7
Movimento Popular de Luta Pela Moradia	7
Movimento de Trabalhadores Urbanos	7
Movimento Negro	5
Movimento de Atingidos	5
Frentes Populares	4
Movimento Alimentar	4
Movimento de Juventude	3
Movimento LGBTQIAPN+	2
Movimento de Moradores Urbanos	2
Movimento Indígena Urbano	1
Movimento Quilombola	1
Movimento Religioso	1
Movimento de Instituição	1
Movimentos Antifascistas	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

O tipo de instituição mais presente ainda se mantém os sindicatos (tabela 20).

Tabela 20 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2022

Tipologia de Instituições em 2022	Quantidade de registros
Sindicato	12
Associação	5
Estado	3
Igreja/Movimento Religioso	3
Partido	2
ONG	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Os movimentos mais atuantes foram Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Olga Benário, Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Levante Popular da Juventude (LPJ), de acordo com a tabela 21.

Tabela 21 - Nome dos movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2022

Nome dos Movimentos em 2022	Quantidade de registros
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	10
Movimento de Mulheres Olga Benário	5
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	4
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	4
Levante Popular da Juventude (LPJ)	3
Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL)	2
Marcha Mundial das Mulheres (MMM)	2
Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)	2
Movimento Vai ter Gorda	2
Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)	2
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	2
União Nacional dos Estudantes (UNE)	2
União da Juventude Comunista (UJC)	2
União da Juventude Rebelião (UJR)	2
Central dos Movimentos Populares (CMP)	1
Centro Acadêmico de Enfermagem - Distrito Federal (DF)	1
Coalizão Negra por Direitos	1
Coletivo Artistas CWB (Artistas CWB)	1
Coletivo Cássia	1
Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM)	1
Coletivo Nacional dos Eletricitários	1
Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)	1
Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)	1
Confederação Nacional de Entidades Negras (CONEN)	1
Confederação das Mulheres do Brasil (CMB)	1
Consulta Popular	1
Diretório Central dos Estudantes da USP "Alexandre Vannucchi Leme"	1
Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG)	1
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)	1
Frente Internacional Brasileira (FIBRA)	1
Frente Nacional Antirracista (FNA)	1
Liga dos Camponeses Pobres (LCP)	1
Movimento Raiz da Liberdade	1
Movimento Terra Livre	1
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)	1

Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST)	1
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	1
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	1
Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN)	1
Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	1
Rede Antirracista Quilombola	1
Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RFS)	1
Rede Gay Brasil	1
Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)	1
Rede de Mulheres Negras Evangélicas	1
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)	1
União de Moradores e Trabalhadores e Trabalhadoras (UMT)	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Destaca-se sindicatos envolvendo trabalhadores da saúde, educação, energia e comunidades religiosas, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT), alguns partidos políticos e entidades federais (tabela 22).

Tabela 22 - Nome das instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2022

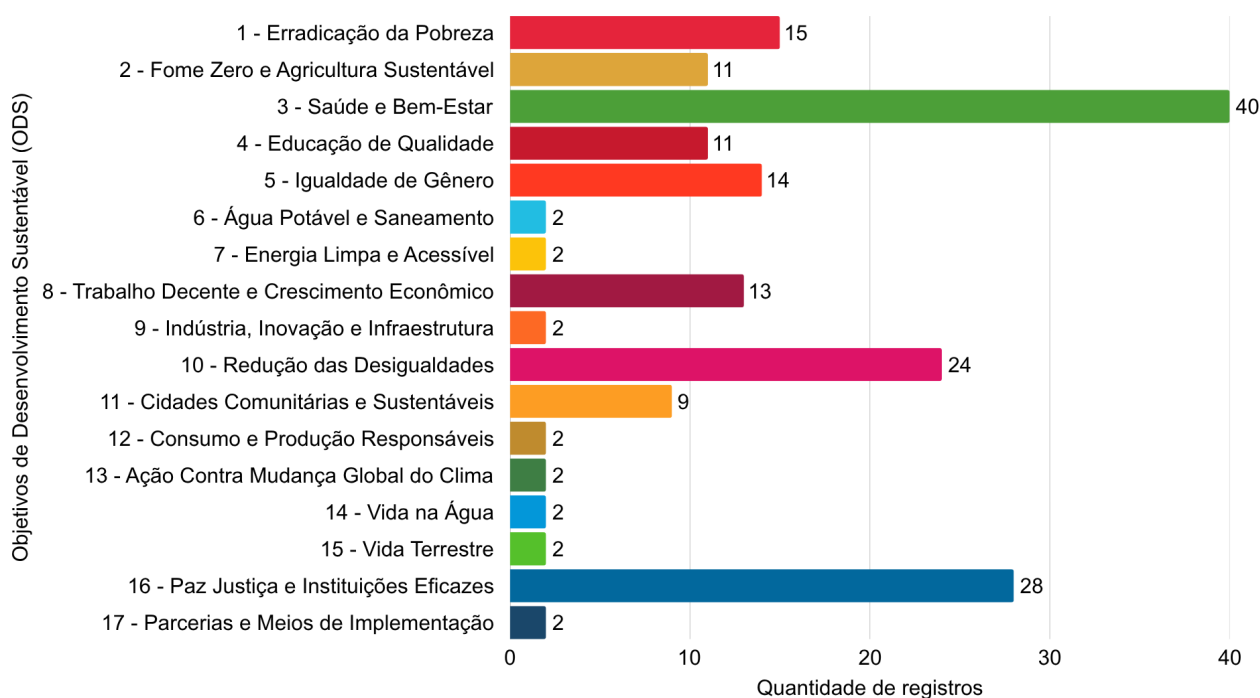
Nome das Instituições em 2022	Quantidade de registros
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	2
Associação Brasileira de Enfermagem Seção Distrito Federal (ABEn-DF)	1
Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes)	1
Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel)	1
Associação dos Empregados de Furnas (ASEF)	1
Associação dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro (AERJ)	1
Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)	1
Coletivo Juntas!	1
Coletivo Nacional de Mulheres da CUT	1
Encontro de Psicólogas e Psicólogos Negros no Rio de Janeiro (I EPPNRJ)	1
Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES)	1
Fórum de Mulheres Negras do PT	1
Instituto Energia Humana (IEH)	1
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1
Pastoral da Juventude (PJ)	1
Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiro-DF)	1
Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (SINDIPETRO-ES)	1
Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN)	1
Sindicato dos Servidores Públicos do Estado (Sindipúblicos)	1
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo de Pernambuco e da Paraíba (Sindipetro-PE-PB)	1

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Saúde do Rio Grande do Norte (Sindsaúde/RN)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte (SINTE-RN)	1
Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia RJ)	1
Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SUTRAF)	1
Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Os ODS em destaque em 2022 foram ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e ODS 10 - Redução das Desigualdades. O que demonstra a relação da saúde com questões sociais e de justiça.

Figura 5 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro em 2022

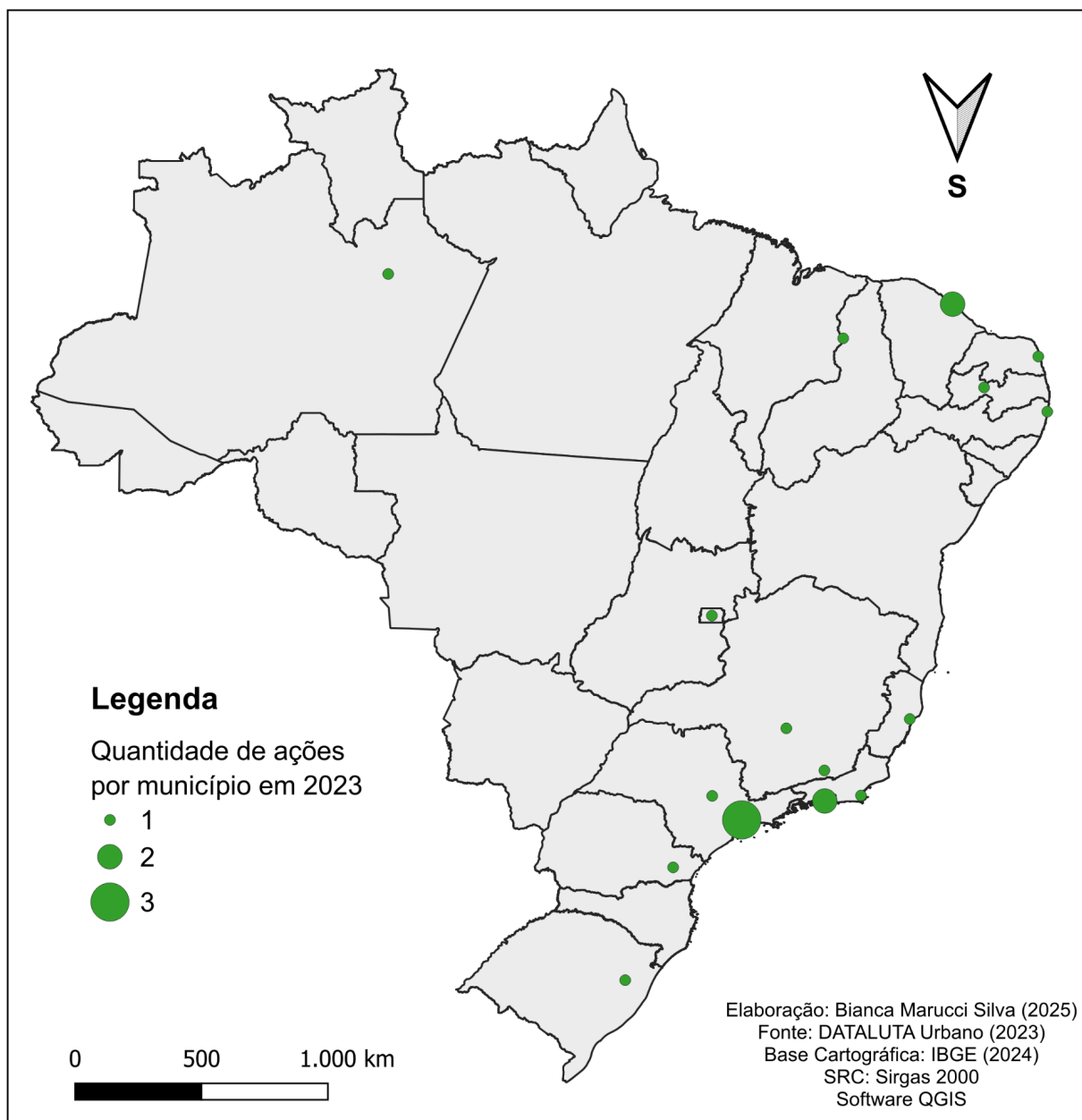


Fonte: DATALUTA Urbano (2022)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

2023: Democracia e demandas sociais

Os estados com maior concentração de ações coletivas por saúde no Brasil em 2023 foram São Paulo e Rio de Janeiro, seguido de Minas Gerais e Ceará. Sobre as cidades, destacam-se São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza. Em relação ao número de ações por saúde, este ano teve a menor quantidade, com 23 registros.

Mapa 4 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano em 2023 no Brasil



Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
 Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

As ações matrizes foram concentradas em eventos, comunicativas e deslocamentos coletivos (tabela 23). Enquanto as derivadas foram conferências, carreatas, cartas, feira, entre outras (tabela 24). As urgências dos movimentos demonstradas nessas ações dizem respeito aos direitos dos povos indígenas, direito por moradia, investimentos em saúde, acesso à água, especificidades em saúde para pessoas com HIV, planos de saúde particulares, piso salarial e condições de trabalho. Como também, a proposição de cozinhas solidárias, agroecologia e oficinas artística para mulheres vítimas de abuso sexual.

Tabela 23 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2023

Ações Matrizes em 2023	Quantidade de registros
Eventos	9
Comunicativa	4
Deslocamentos Coletivos	4
Interrupção	3
Encontros De Mediação	2
Ocupação	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 24 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil em 2023

Ações Derivadas em 2023	Quantidade de registros
Conferência	3
Carreata	2
Carta	2
Feira	2
Greve	2
Concentração	1
Escracho	1
Lançamento	1
Live e Produção de Conteúdo	1
Marcha	1
Mesa	1
Ocupação de Territórios Urbanos	1
Panelaço	1
Paralisação	1
Passeata	1
Reunião de Articulação	1
Reunião de Reivindicação	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

As pautas em destaque foram saúde, trabalho digno e luta por moradia (tabela 25), entre outras, envolvendo direitos humanos, educação, cultura e democracia. É interessante pontuar sobre o trabalho, que foi prejudicado pela pandemia, mas se manteve após esse episódio, resultado de estresse, desgaste e saúde mental no ambiente de trabalho, além de tópicos importantes como horas trabalhadas e transporte até o trabalho.

Tabela 25 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil em 2023

Pautas e objetivos das ações em 2023	Quantidade de registros
Saúde	13
Trabalho Digno	7
Luta Pela Moradia	5
Conscientização e Promoção de Discussões	4
Direitos Humanos	4
Educação	3
Cultura	2
Democracia	2
Fome e Desigualdade	2
Preservação Ambiental	2
Questões de Gênero	2
Antirracismo	1
Conscientização Socioambiental	1
Desterritorialização	1
Direito ao Território	1
Feminicídio	1
LGBTQIAPN+	1
Violações Sexuais	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Os tipos de movimentos em evidência são o de mulheres, seguindo pelas frentes populares, camponeses, estudantes e juventudes (tabela 26).

Tabela 26 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2023

Tipologia de Movimentos em 2023	Quantidade de registros
Movimento de Mulheres	5
Frentes Populares	3
Movimento Camponês	3
Movimento Estudantil	3
Movimento Popular de Luta Pela Moradia	3
Movimento de Juventude	3
Movimento de Moradores Urbanos	3
Movimento de Trabalhadores Urbanos	2
Movimento Indígena Urbano	1
Movimento Negro	1
Movimento de Instituição	1
Movimentos culturais	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

A tipologia de instituições realça os sindicatos, após aparecem as associações e estado (tabela 27).

Tabela 27 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2023

Tipologia de Instituições em 2023	Quantidade de registros
Sindicato	4
Associação	2
Estado	2
Associação Sindicato	1
Igreja/Movimento Religioso	1
Partido	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Neste ano, de acordo com a tabela 28, não houve um movimento em destaque, mas sim a participação de várias entidades. Como Levante Popular da Juventude (LPJ), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e União Brasileira de Mulheres (UBM).

Tabela 28 - Nome dos movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil em 2023

Nome dos Movimentos em 2023	Quantidade de registros
Levante Popular da Juventude (LPJ)	2
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	2
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	2
União Brasileira de Mulheres (UBM)	2
Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)	1
Central de Movimentos Populares (CMP)	1
Coletivo Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO)	1
Diretório Central dos Estudantes (DCE)	1
Federação Paraibana do Movimento Comunitário (FEPAMOC)	1
Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ)	1
Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL)	1
Fórum Favela Universidade (FFU)	1
Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ)	1
Juventude Pátria Livre (JPL)	1
Movimento Mulheres Vivas Zona Oeste (MMVZO)	1
Movimento Nacional Saúde pela Democracia + SUS é + Saúde	1
Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas	1
Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)	1
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	1

Movimento de Mulheres Olga Benário	1
Organização e Luta dos Movimentos Populares	1
Trabalhadoras e trabalhadores da Enfermagem de Natal (RN)	1
União Nacional dos Estudantes (UNE)	1
União da Juventude Socialista (UJS)	1
União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro)	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

O mesmo aconteceu em relação às instituições, de acordo com a tabela 29. Destaca-se, no entanto, variados tipos de entidades de trabalhadores, moradores e religiosos.

Tabela 29 - Nome das instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil em 2023

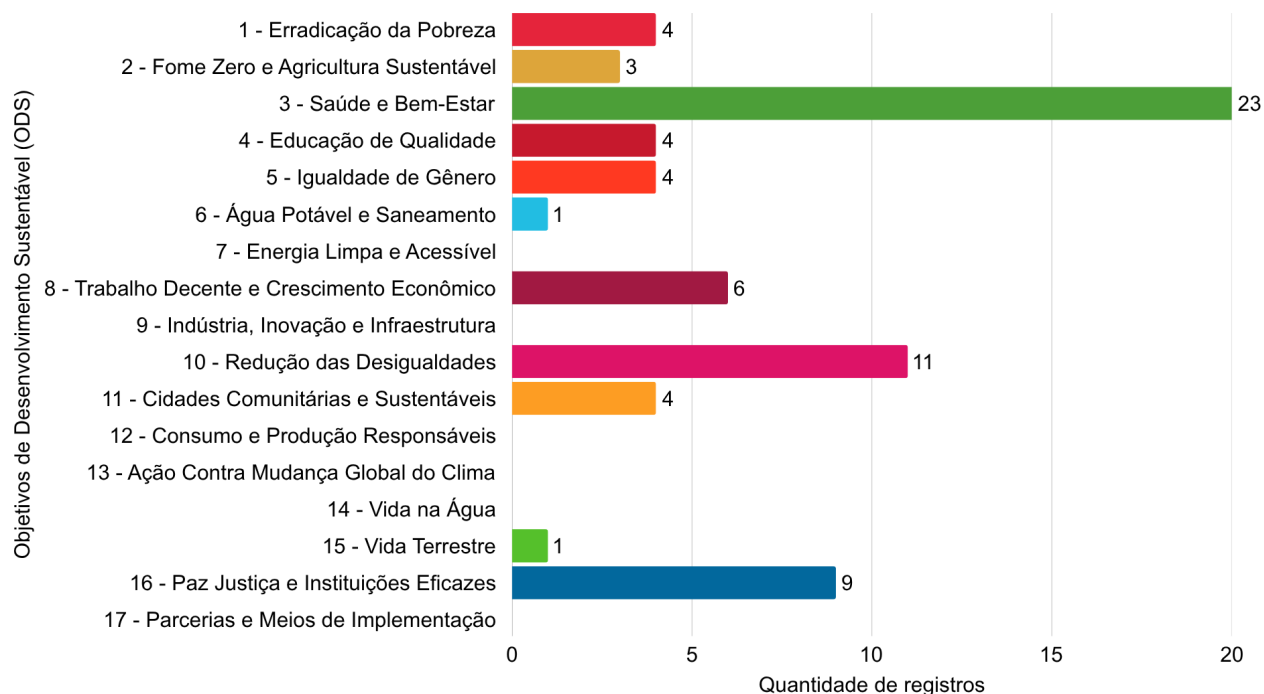
Nome de Instituições em 2023	Quantidade de registros
Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	2
Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)	2
Centro de Pesquisa, Formação Desenvolvimento Feminista (CEFEMINISTA)	1
Arquidiocese de Manaus	1
Associação de Apoio a Mulher Patoense (ASSAMP)	1
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	1
Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)	1
Federação Nacional dos Farmacêuticos (FENAFAR)	1
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	1
Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA)	1
Sindicato dos Bancários (SINDBANCARIOS)	1
Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (ASFOC-SN)	1
Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro (SINTUPERJ)	1
Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná (SINDIURBANO-PR)	1
Unidade Popular (UP)	1
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1
União Municipal das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas de Patos (UMAC)	1
União das Associações Comunitárias de Patos e Região (UAC)	1
União de Equipes Sociais de Campina Grande (UCES)	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Em 2023, houve a proeminência dos ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, ODS 10 - Redução das Desigualdades e ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Percebemos que, mesmo diante a um governo alinhado à esquerda, os movimentos socioespaciais e

socioterritoriais continuam pontuando suas demandas pelo fim da desigualdade e a promoção da justiça, no entanto, com a perspectiva maior abertura para o diálogo com o governo federal.

Figura 6 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro em 2023



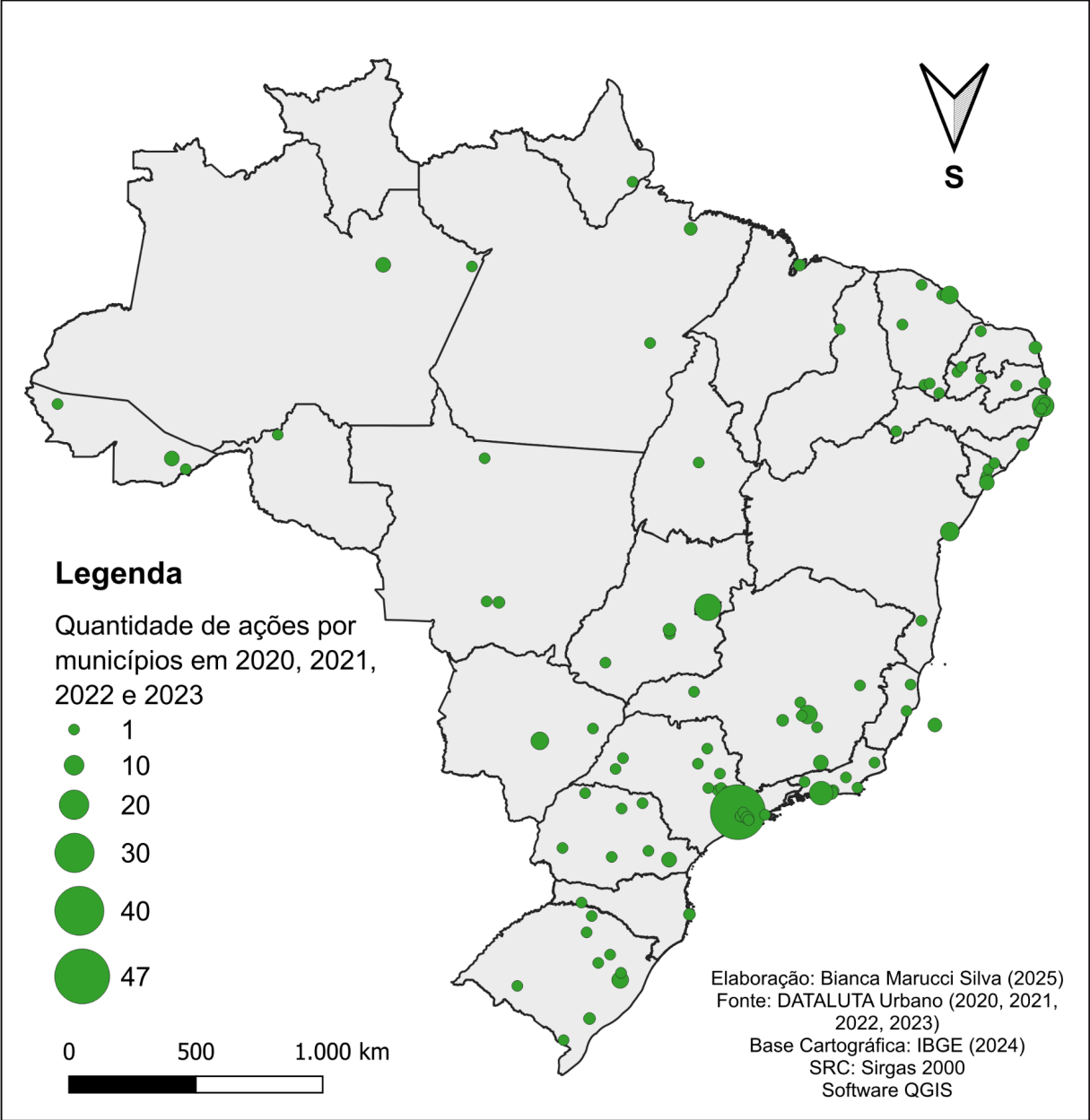
Fonte: DATALUTA Urbano (2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

SÍNTESE E DISCUSSÕES

As ações se concentraram principalmente nas cidades grandes e/ou capitais estaduais, as quais são geralmente centros comerciais, políticos e de serviços, além de serem mais populosas. No entanto, também há grande variedade de ações em cidades médias e pequenas no interior dos estados.

As unidades da federação com maior quantidade de ações, segundo a tabela 30, foram São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Já os municípios, há o destaque de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Recife (tabela 31). O total de ações por saúde durante 2020 a 2023 foi de 296 registros.

Mapa 5 - Ações coletivas por saúde no espaço urbano entre 2020 e 2023 no Brasil



Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 30 - Ações por saúde no espaço urbano por unidade da federação do Brasil entre 2020 e 2023

Ações por Unidades da Federação	Quantidade de registros
São Paulo	75
Rio de Janeiro	27
Minas Gerais	24
Rio Grande do Sul	19
Distrito Federal	18
Pernambuco	17
Ceará	15
Paraná	13
Bahia	11

Mato Grosso do Sul	11
Sergipe	10
Acre	8
Espírito Santo	8
Amazonas	7
Paraíba	7
Goiás	6
Mato Grosso	5
Pará	5
Rio Grande do Norte	5
Alagoas	4
Santa Catarina	4
Maranhão	3
Rondônia	2
Tocantins	2
Amapá	1
Piauí	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 31 - Ações por saúde no espaço urbano por municípios do Brasil entre 2020 e 2023

Ações por Municípios	Quantidade de registros
São Paulo - SP	47
Brasília - DF	18
Rio de Janeiro - RJ	15
Recife - PE	13
Belo Horizonte - MG	10
Salvador - BA	10
Campo Grande - MS	9
Fortaleza - CE	9
Porto Alegre - RS	8
Aracaju - SE	6
Curitiba - PR	6
Juiz de Fora - MG	6
Manaus - AM	6
Rio Branco - AC	6
Vitória - ES	5
Belém - PA	4
Goiânia - GO	4
Maceió - AL	4
Natal - RN	4

Niterói - RJ	4
Santos - SP	4
Campinas - SP	3
Cuiabá - MT	3
Divinópolis - MG	3
Florianópolis - SC	3
João Pessoa - PB	3
Pelotas - RS	3
São Gonçalo - RJ	3
São Luís - MA	3
Cascavel - PR	2
Jundiaí - SP	2
Nova Friburgo - RJ	2
Palmas - TO	2
Passo Fundo - RS	2
Porto Velho - RO	2
Sorocaba - SP	2
São Mateus - ES	2
Três Lagoas - MS	2
Abatiá - PR	1
Adamantina - SP	1
Alta Floresta - MT	1
Americana - SP	1
Aparecida de Goiânia - GO	1
Aracruz - ES	1
Araraquara - SP	1
Bento Gonçalves - RS	1
Betim - MG	1
Brejo Santo - CE	1
Cabo Frio - RJ	1
Cabo de Santo Agostinho - PE	1
Campina Grande - PB	1
Campos dos Goytacazes - RJ	1
Capela - SE	1
Capixaba - AC	1
Caucaia - CE	1
Chapecó - SC	1
Crato - CE	1
Cruzeiro do Sul - AC	1

Erechim - RS	1
Eunápolis - BA	1
Franco da Rocha - SP	1
Governador Valadares - MG	1
Guarapuava - PR	1
Guarujá - SP	1
Indaiatuba - SP	1
Itapipoca - CE	1
Jaboatão dos Guararapes - PE	1
Jaguarão - RS	1
Jataí - GO	1
Juazeiro do Norte - CE	1
Lajeado - RS	1
Leme - SP	1
Londrina - PR	1
Macapá - AP	1
Mairinque - SP	1
Marabá - PA	1
Maruim - SE	1
Mauá - SP	1
Mossoró - RN	1
Nossa Senhora do Socorro - SE	1
Ouro Preto - MG	1
Paranavaí - PR	1
Parintins - AM	1
Patos - PB	1
Paulista - PE	1
Peruíbe - SP	1
Petrolina - PE	1
Piracicaba - SP	1
Ponta Grossa - PR	1
Presidente Prudente - SP	1
Propriá - SE	1
Ribeirão Preto - SP	1
Rosário do Sul - RS	1
Santa Bárbara d'Oeste - SP	1
Santa Cruz - PB	1
Sapucaia do Sul - RS	1
Sete Lagoas - MG	1

Sousa - PB	1
São Bernardo do Campo - SP	1
São Sebastião - SP	1
Taboão da Serra - SP	1
Tamboril - CE	1
Teresina - PI	1
Uberlândia - MG	1
Volta Redonda - RJ	1
Várzea Grande - MT	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Das ações matrizes, se destacam as manifestações, resistências, ações de solidariedade e eventos (tabela 32). Enquanto as derivadas há a proeminência das passeatas, paralisações, greves, enfrentamento de crises sanitárias, carreatas e intervenções urbanas (tabela 33).

Tabela 32 - Ações matrizes vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil entre 2020 e 2023

Ações Matrizes entre 2020 e 2023	Quantidade de registros
Manifestação	153
Resistências	37
Ações de Solidariedade	32
Eventos	31
Ações Propositivas	15
Comunicativa	14
Ocupação	14
Deslocamentos Coletivos	13
Interrupção	7
Encontros de Mediação	5
Arrecadação de Recursos ou Execução de Serviços	4
Ações Sofridas	3

Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 33 - Ações derivadas vinculadas à saúde no espaço urbano do Brasil entre 2020 e 2023

Ações Derivadas entre 2020 e 2023	Quantidade de registros
Passeata	70
Ações de paralisação ou greve	36
Ações de apoio ao enfrentamento às crises sanitárias	30
Carreata	29

Intervenção urbana	26
Nota de repúdio ou denúncia	12
Reunião ou encontro	12
Ocupação de Territórios Urbanos	11
Manifesto	9
Ações realizadas em espaços híbridos: concreto e virtual	8
Ações de prevenção à pandemia	7
Bloqueios	7
Ações de promoção à agricultura no espaço urbano	6
Ações realizadas exclusivamente no espaço virtual	6
Escracho	6
Greve	5
Conferência	4
Assembleia	3
Feira	3
Ocupação de Espaço Público	3
Reunião de Articulação	3
Ações de apoio às mulheres	2
Ações de despejo e reintegração de posse	2
Ações de planejamento	2
Carta	2
Celebração	2
Doação	2
Fórum	2
Marcha	2
Mutirão	2
Panelaço	2
Paralisação	2
Reunião de Reivindicação	2
Ações de mobilidade e resistência	1
Concentração	1
Festival	1
Lançamento	1
Live e Produção de Conteúdo	1
Mesa	1
Pedalada	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)

Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

As pautas e objetivos das ações principais durante 2020 e 2023 foram o combate a covid-19, a fome e outras desigualdades, trabalho digno, conscientização e defesa dos direitos humanos (tabela 34). Pode-se notar uma grande variedade de pautas em saúde, principalmente relacionadas a covid-19 durante o emergência sanitária, mas também

outras relacionadas que afetam a saúde e bem-estar das populações. Isto demonstra que saúde não é apenas relacionada a doenças, mas outras questões que envolvem esferas sociais que impactam a qualidade de vida das pessoas.

Tabela 34 - Pautas das ações por saúde no espaço urbano do Brasil entre 2020 e 2023

Pautas e objetivos das ações entre 2020 e 2023	Quantidade de registros
Reivindicação no combate a Covid-19	148
Combate à fome e outras desigualdades	90
Trabalho Digno	75
Conscientização e Promoção de Discussões	67
Direitos Humanos	47
Defesa da Democracia	44
Educação	35
Saúde	23
Moradia	21
Luta Antifascista	15
Planejamento Urbano	15
Antirracismo	14
Promoção da conscientização socioambiental sustentável para melhor aproveitamento do espaço urbano	10
Promoção da qualidade de vida das mulheres	10
LGBTQIAPN+	9
Questões de Gênero	9
Feminicídio	8
Cultura	7
Luta contra ordem de despejo e reintegração de posse	7
Luta contra privatização e fechamento de órgão público	6
Luta pela conclusão de obras públicas, manutenção e cuidado do espaço urbano	6
Direito ao Território	5
Luta Contra Abuso Sexual ou Estupro	5
Instituições governamentais/privadas contra os direitos humanos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais	4
Preservação Ambiental	4
Transporte Público e Mobilidade	4
Conscientização Socioambiental	3
Desterritorialização	3
Antifascismo	2
Luta pela reivindicação e titulação de espaços urbanos ocupados	2

Construção de mercados alternativos	1
Intolerância Religiosa	1

Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)

Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Sobre a tipologia de movimentos durante o período analisado se realçaram os movimentos de trabalhadores urbanos, frentes populares, movimento de mulheres, moradores urbanos, juventudes, de estudantes e por moradia. Entretanto, é importante ressaltar que os movimentos que lutaram por saúde nas cidades brasileira é muito diversificado, contando também com camponeses, negros, indígenas, LGBTQIAPN+, pela natureza, por alimentação, culturais, torcidas de futebol e cristãos (tabela 35 e figura 7).

Tabela 35 - Tipologia de movimentos urbanos atuantes na saúde no Brasil entre 2020 e 2023

Tipologia de Movimentos entre 2020 e 2023	Quantidade de registros
Movimento de Trabalhadores Urbanos	52
Frentes Populares	43
Movimento de Mulheres	43
Movimento de Moradores Urbanos	40
Movimento de Juventude	39
Movimento Estudantil	39
Movimento Popular de Luta pela Moradia	36
Movimento Camponês	30
Movimento Negro	20
Movimento Alimentar	17
Movimento de Instituição	16
Movimento de Atingidos	10
Movimento LGBTQIAPN+	8
Movimento Indígena Urbano	6
Movimentos Culturais	5
Movimento Ambientalista	2
Movimento de Luta pelo Transporte Público	2
Movimento Quilombola	2
Escola de Samba	1
Movimento de Torcidas Desportivas	1
Movimento Religioso	1
Movimentos Antifascistas	1

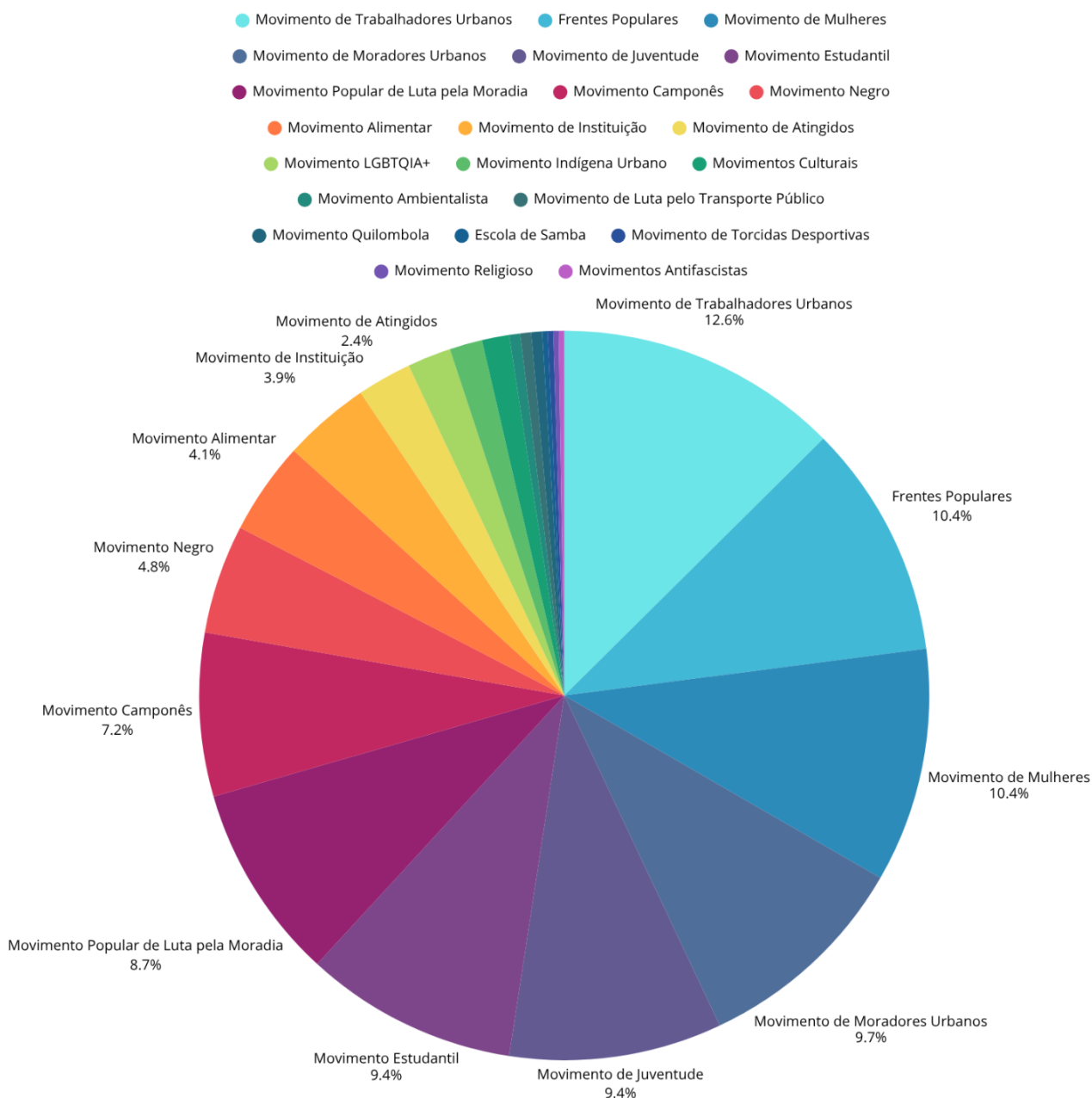
Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)

Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

São diversos movimentos, de variados segmentos e interesses particulares, mas que, no entanto, tinham luta pela dimensão da saúde em comum. No mais, observando os

nomes dos movimentos nas tabelas anteriores, podemos destacar ainda a presença de movimentos pautados na música, como samba e hip hop, movimentos revolucionários, de favelas, de pessoas gordas, deficientes, diabéticos, HIV positivos, contra o governo Bolsonaro, por vacina, democracia, clima, diretórios e centros acadêmicos de universidades.

Figura 7 - Gráfico das tipologias de movimentos atuantes na saúde entre 2020 e 2023 no espaço urbano do Brasil

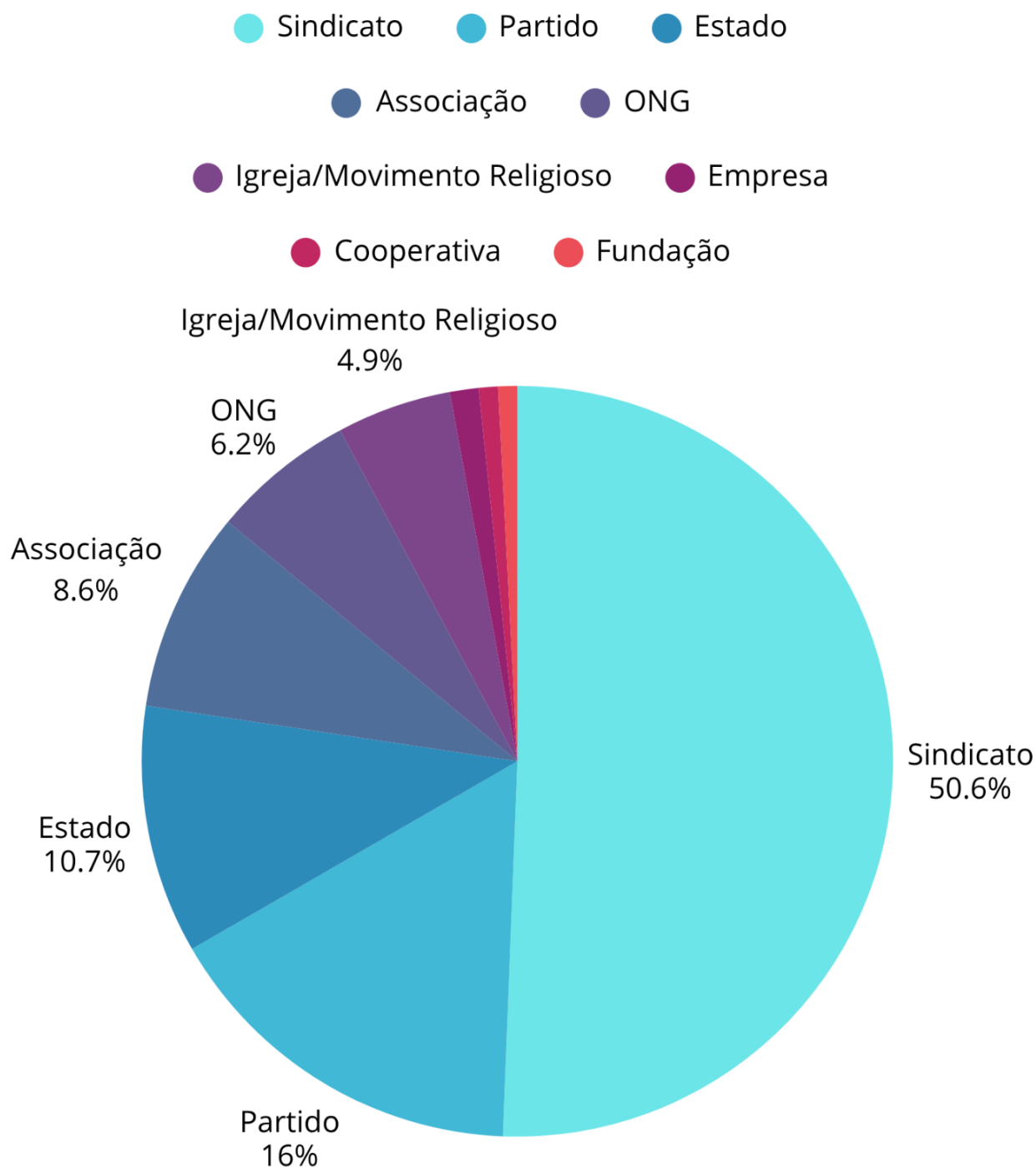


Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Da tipologia de instituições (tabela 36 e figura 8), o maior realce é para os sindicatos de trabalhadores de diversas áreas como saúde, educação, correios, energia,

advogados, comerciantes, transporte, serviços e servidores públicos. Destacamos o grande papel e participação dos sindicatos no espaço urbano brasileiro, que, junto aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, atuam politicamente em busca de mudanças. Também, cabe ênfase aos partidos políticos, voltados principalmente à esquerda, entidades da igreja católica e evangélica, e associações de agroecologia.

Figura 8 - Gráfico das tipologias de movimentos atuantes na saúde entre 2020 e 2023 no espaço urbano do Brasil



Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)
Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Tabela 36 - Tipologia de instituições urbanas atuantes na saúde no Brasil entre 2020 e 2023

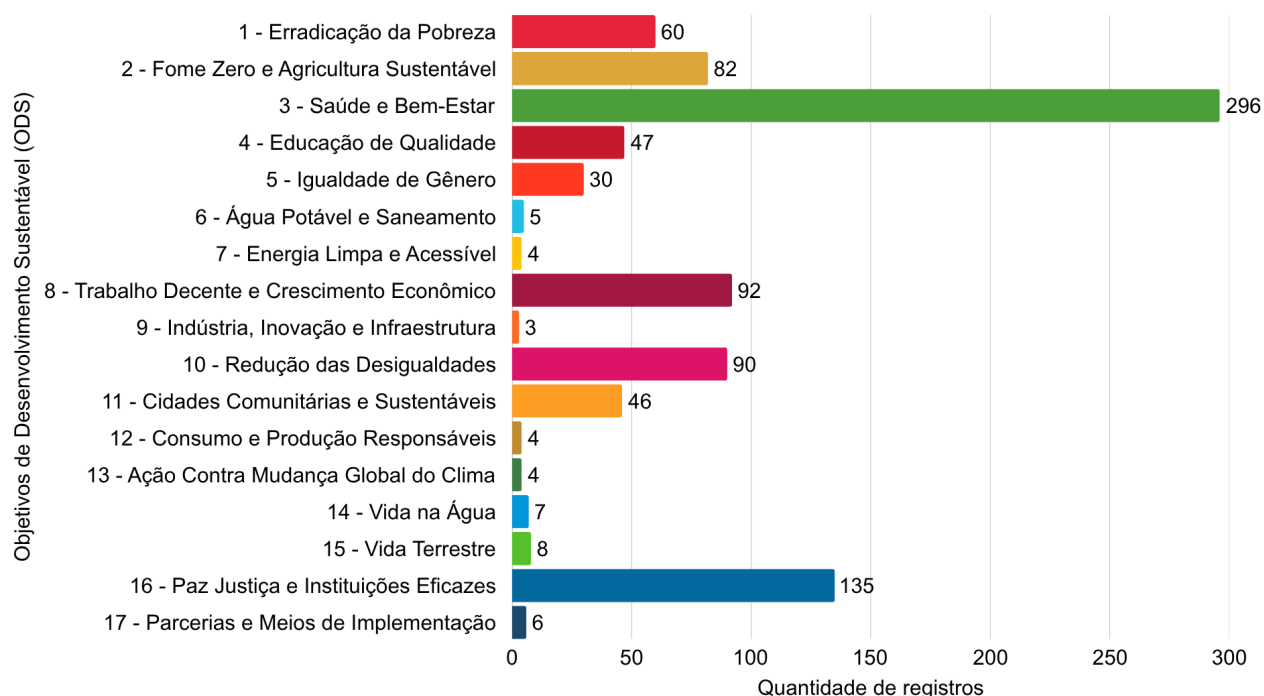
Tipologia de Instituições entre 2020 e 2023	Quantidade de registros
Sindicato	123
Partido	39
Estado	26
Associação	21
ONG	15
Igreja/Movimento Religioso	12
Empresa	3
Cooperativa	2
Fundação	2

Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)

Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Assim como as pautas e objetivos das ações, a relação das ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dizem muito sobre quais reivindicações e porquê os movimentos socioespaciais e socioterritoriais agiram no Brasil entre 2020 e 2023 pela dimensão da saúde. Também, como contribuíram indiretamente para a materialização da Agenda 2030 de lutas globais.

Figura 9 - Gráfico dos ODS vinculados à saúde no espaço urbano brasileiro entre 2020 e 2023



Fonte: DATALUTA Urbano (2020, 2021, 2022, 2023)

Elaboração: Bianca Marucci Silva (2025)

Prevaleceu o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, seguindo pelo ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 10 -

Redução das Desigualdades, ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, e ODS 1 - Erradicação da Pobreza. Os quais são fatores sociais, econômicos, espaciais e ambientais da saúde das populações.

Com os dados analisados, podemos traçar relações entre teoria e realidade, como também, defender as conexões entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais com a saúde no Brasil. Conforme o que foi exposto, percebemos que a sociedade urbana (a qual é a maioria da população brasileira) composta por diversos grupos sociais, sofrem com a deterioração de suas condições de vida pela desigualdade social catalisada pelo capitalismo e neoliberalismo.

Partindo das definições de espaço e território dos autores da geografia, notamos as interações entre espaço e sujeito, ações e objetos, relações de poder e conflitualidades baseadas nas intencionalidades dos grupos sociais. Adotando a teoria do espaço como forma e conteúdo, traçamos um paralelo aos dados do DATALUTA, o qual categoriza como ações e pautas/objetivos. Também, utilizando o conceito de Território Usado, analisamos as finalidades das ações que constroem espaços e territórios.

E, aplicando na dimensão da saúde, temos as disputas entre uma saúde coletiva e uma saúde neoliberal, como mercadoria, lucro e acumulação de capital. Isso fica explícito, principalmente, durante a pandemia de covid-19, perante a insatisfação da população diante da atuação política do presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento ao vírus em relação à medidas de isolamento e compra de vacinas.

Conectando com a teoria dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, que temos os espaços e territórios produzindo movimentos e movimentos construindo espaços e territórios, percebemos a interação espaço e sujeitos agindo coletivamente de forma indissociável. Assim, diante do cenário em que o Brasil se encontrava, lutavam por justiça social e qualidade de vida para a construção de seus espaços de vida, espaços onde suas vidas se desenvolvem.

Nesse sentido, a partir dos dados, podemos perceber as relações entre a teoria da geografia da saúde, que pensa o bem-estar e qualidade de vida das pessoas, e as pautas e objetivos das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Nota-se que o entendimento sobre saúde para os movimentos segue o mesmo da geografia da saúde, pensando como coletiva e não apenas relacionada à doenças, mas também a questões sociais, ambientais, econômicas e políticas.

Similarmente, traçamos conexões entre o desenvolvimento teórico e análise de dados quanto a diversidade e heterogeneidade dos movimentos sociais que lutam por saúde. Há aqueles que têm a saúde como objetivo exclusivo (como Movimento Nacional

Saúde pela Democracia + SUS é + Saúde; Movimento Unidos Pela Vacina; Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; entre outros) e aqueles que têm em conjunto com outros temas (MST; MTST; UNE; movimento negro; de mulheres; indígenas; culturais; de trabalhadores; entre outros).

Como dito anteriormente, isso é devido ao entendimento amplo sobre saúde que os movimentos adotam. Compreendem a saúde de forma coletiva e relacionado às condições de vida, abrangendo questões envolvendo trabalho digno, alimentação de qualidade, moradia, educação, natureza, transporte, descanso, lazer e segurança.

As formas das ações coletivas nos espaços e territórios se destacam as manifestações, resistências, ações de solidariedade, eventos, ações comunicativas, ocupações e deslocamentos coletivos. As quais, de maneira mais aprofundada, se deram a partir de passeatas, paralisações, greves, intervenções, carreatas, notas públicas e encontros. Podemos descrevê-las como apropriações temporárias ou permanentes dos espaços e territórios para declarar suas reivindicações e mostrar visibilidade política, envolvendo cartazes, faixas, palavras de ordem, lideranças políticas, discussão de temas, formação política, entre outros, na dimensão da saúde.

As ações mencionadas giram em torno, principalmente, de críticas e oposição ao governo Bolsonaro, incluindo pedidos de impeachment e defesa da democracia. Também, foi recorrente temas envolvendo a crise sanitária da pandemia, com forte ênfase na preservação da vida, na defesa do SUS, no acesso a vacinas, ao auxílio emergencial, e no enfrentamento das dificuldades do ensino remoto e da volta às aulas presenciais.

Aparecem com frequência ações de solidariedade, como doação e distribuição de alimentos, kits de higiene, máscaras, além da criação de cozinhas solidárias e iniciativas de agroecologia. Diversas pautas de direitos sociais são citadas, como defesa da moradia, acesso à água, condições de trabalho digno e piso salarial, transporte público, saúde menstrual e especificidades em saúde para pessoas vivendo com HIV e pessoas deficientes. Ainda enfrentamento de preconceitos e violências estruturais, como gordofobia, transfobia, lesbofobia, demandas das periferias e favelas, e à proteção da saúde e da vida de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, inclusive no sistema prisional.

Além disso, com a análise teórica e dos dados, percebemos a contribuição indireta dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais à aplicabilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Como também, na afirmação que esses movimentos se constituem como uma proposta eficaz e como uma das poucas alternativas para a construção de uma saúde coletiva, fundamental, igualitária e universal no Brasil, contra a perspectiva neoliberal e dominante da saúde como mercadoria.

Assim, foi demonstrado que a saúde é uma dimensão espacial e territorial, pois é envolvida por diversos conflitos, conflitualidades e disputas. E, portanto, é uma luta constante da população brasileira, organizada coletivamente em movimentos socioespaciais, socioterritoriais e instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propõe a identificar a atuação dos movimentos vinculados à saúde nas cidades brasileiras entre 2020 e 2023, articulando diferentes fontes e abordagens — pesquisa bibliográfica, análise dos dados do Banco DATALUTA Urbano e o recorte analítico do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). Assim, ressaltamos a dimensão da saúde tratada no Brasil, focando na atuação e nos esforços da população organizada coletivamente em movimentos e instituições que lutam por melhores condições de vida. Além disso, aponta para uma análise abrangente das ações coletivas, considerando não apenas a dimensão espacial, mas também a diversidade de sujeitos e tipologias de movimentos.

A saúde, segundo a Constituição Federal de 1988, é um direito fundamental para todos os cidadãos no Brasil, e é dever do Estado garantir seu acesso igualitário e universal. Assim, a luta por saúde é pela garantia e pelo cumprimento de direitos constitucionais, os quais vem sendo desmontados pela lógica neoliberal, evidenciando a saúde como território e como luta, por estar rodeada de disputas e relações conflitivas.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são protagonistas nas mudanças e transformações espaciais, assim constituem um caminho possível para a concretização de melhores condições e qualidade de vida, na redução de desigualdades e injustiças sociais. Sendo de extrema importância lembrar que a construção do SUS foi fruto da luta dos movimentos sociais.

A Geografia da Saúde e a Teoria dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais compreendem, através do olhar crítico, como a exclusão, desigualdades e injustiças afetam a existência digna das pessoas e de grupos sociais. Assim, entendem que a superação dessas questões, buscando justiça, defesa dos direitos humanos e da vida, podem conquistar, produzir e transformar espaços e territórios mais justos e saudáveis.

Isso, a partir do olhar geográfico, da interação indissociável entre ambiente e sujeitos, e, principalmente, comprometido com a vida. Dessa forma, movimentos que lutam por saúde pretendem construir espaços onde exista o completo bem-estar físico,

mental e social para todos, através da atuação conjunta e organizada em manifestações, eventos, paralisações, greves, entre outras.

A pesquisa contribui para o compartilhamento e defesa do pensamento emancipatório da saúde e dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Enfatizando a importância da atuação desses diversos movimentos na sociedade brasileira e na dimensão espacial e territorial da saúde, assim como evidenciar suas lutas por saúde, dignidade e justiça socioespacial.

A partir da teoria geográfica crítica e dos dados analisados do DATALUTA Urbano, encontramos as conexões entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais com a saúde, suas atuações, formas, razões, objetivos e finalidades. Além de destacar a contribuição dessas organizações sociais à agenda de luta global da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É importante ressaltar que somente por meio da construção de um banco de dados sistemático, contínuo e metodologicamente estruturado, como o DATALUTA, foi possível mapear e evidenciar, com rigor, o impacto da pandemia sobre as pautas e agendas de diversos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. A consolidação dessas informações permitiu identificar tendências, intensidades e transformações nas ações ligadas ao tema da saúde, algo que dificilmente seria perceptível sem esse acúmulo organizado.

Os dados demonstram, de forma inequívoca, que o ano de 2021 registrou o maior número de ações relacionadas ao tema no país, revelando como a crise sanitária ampliou demandas, acirrou desigualdades e mobilizou diferentes segmentos sociais. Esse resultado reforça a importância e a potência do banco de dados para compreender processos socioterritoriais complexos, especialmente em períodos de profunda instabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: 1988.

Disponível em:

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/outras-normativas/constituicao-federal.pdf>> Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde lança MapaMovSaúde para fortalecer a participação social no SUS. Gov.br, 2024. Publicado em 19 de setembro de 2024.

Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/ministerio-da-saude-lanca-mapamovsaude-para-fortalecer-a-participacao-social-no-sus>. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que significa ter saúde? 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quer-me-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>>. Acesso em: 16 maio 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, n. 6, p. 24-34, 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos. Teorias na Geografia: mundos possíveis. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 17 out. 2025.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A construção de uma cartografia geográfica crítica. Geographical Journal of Central America, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2019>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde: fundamentos da geografia humana. São Paulo: Editora UNESP, 2015. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/4xpyq>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde Coletiva e o fazer geográfico. Caderno Prudentino de Geografia, v. 2, n. 41, p. 119-132, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6299/0>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. Agência de Notícias IBGE, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas>. Acesso em: 20 out. 2025.

JORGE, Aline Albuquerque et al. NOTA CONCEITUAL APLICABILIDADE DOS ODS NA PESQUISA: MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA. BOLETIM DATALUTA, v. 15, n. 169, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52720/39606>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Entidades das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/about/un-entities-in-country>>. Acesso em: 8 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 8 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Sobre a ONU. Disponível em:
<<https://brasil.un.org/pt-br/279573-sobre-onu>>. Acesso em: 8 out. 2025.

Mapa Colaborativo dos Movimentos Sociais em Saúde. Disponível em:
https://mapamovsaude.net.br/index.php/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 17 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Cobertura universal de saúde (CUS). 2025. Disponível em:
<<https://www.who.int/world-health-day/world-health-day-2019/fact-sheets/details/universal-health-coverage-%28uhc%29>>. Acesso em: 8 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2020. Disponível em:
<<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Reconhecimento às instituições de saúde do Brasil - 120 anos da OPAS. Disponível em:
<<https://www.paho.org/pt/reconhecimento-instituicoes-saude-do-brasil-120-anos-da-opas>>. Acesso em: 8 out. 2025.

PEDON, Nelson Rodrigo. Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. xi, 239 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/101434>>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE (PNS). Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2019. Disponível em: <<https://www.pns.ict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 8 out 2025.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Lúcia. Os movimentos sociais e sua relação com a questão da saúde. Cadernos de Saúde pública, v. 5, p. 264-275, 1989. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1989000300003>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

ROJAS, Luisa Iñiguez. Geografía y salud: temas y perspectivas en América Latina. Cadernos de Saúde Pública, v. 14, n. 4, p. 701-711, 1998. Disponível em:
<<https://www.scielo.org/pdf/csp/v14n4/0063.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SAFFER, Denis Axelrud; MATTOS, Leonardo Vidal; REGO, Sábata Rodrigues de Moraes. Nenhum Serviço de Saúde a Menos: movimentos sociais, novos sujeitos políticos e direito à saúde em tempos de crise no Rio de Janeiro, Brasil. Saúde em Debate, v. 44, p. 147-159, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042020S113>>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SANTOS, Marta Alves. Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos. Revista Katálysis, v. 16, p. 233-240, 2013. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200009>>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção. 4ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2006. Disponível em:

<<https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SIMON, Carolina Russo. GEOGRAFIA PARA A SAÚDE DAS PESSOAS: UM COMPROMISSO DA AGB COM O FUTURO. Terra Livre, v. 2, n. 63, p. 267-293, 2024. Disponível em: <<https://www.publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3665>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; BEJARANO, Maria Eduarda Grecco. Movimentos em movimento: análise das disputas e ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos entre 2020 e 2022. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 13, n. 1, p. 1-28, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/261404>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL URBANO. Formação (Online), [S. l.], v. 1, n. 14, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v1i14.707. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/707>. Acesso em: 30 out. 2025.